

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2021 ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Órgão/Entidade: Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam

Dirigente Máximo: Renato Teixeira Brandão

Sumário

1.	Mensagem do dirigente máximo	4
2.	Visão Geral Organizacional	5
2.1	Objetivos da Feam	5
2.2	Principais normas direcionadoras de sua atuação.....	6
2.3	Estrutura organizacional e de governança	6
2.4	Modelo de negócios	8
2.5	Cadeia de Valor.....	12
2.6	Contratos de Gestão	13
2.7	Relações com o ambiente externo e as partes	13
3	Governança, estratégia e alocação de recursos.....	14
4	Riscos, oportunidades e perspectivas	15
5	Resultados e Desempenho da Gestão	18
5.1	Sustentabilidade, energia e mudanças climáticas	18
5.2	Resíduos sólidos	21
5.3	Qualidade do Ar e Emissões	24
5.4	Recuperação de áreas de minerações e gestão de barragens.....	26
5.5	Inventário de Áreas Contaminadas de Minas Gerais em 2021	29
5.6	Recuperação ambiental integrada.....	31
5.7	Avaliação ambiental e desenvolvimento territorial	34
5.8	Prevenção e emergência ambiental	38
6	Atendimento às exigências contidas na DN TCEMG nº 01/2022	42
6.1.	Execução do Programa de Trabalho do Governo.....	42
6.2.	Disfunções que prejudicaram as ações programadas	43
6.3.	Execução dos Programas e Ações do Governo	44
6.4.	Relatório Circunstanciado com Parecer do Dirigente Máximo	47
6.5.	Demonstração sobre Financiamento Nacional e Internacional	47
6.6.	Informações sobre a Gestão, Planejamento Organizacional e Resultados	48
6.7.	Despesa de Exercícios Anteriores.....	48
7	Sustentabilidade Ambiental	50
8	Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	51
8.1	Resumo da Situação Financeira Contábil.....	51

8.2	Principais Fatos Contábeis	56
8.2.1.	Fatos de Natureza Orçamentária	56
8.2.2.	Fatos de Natureza Financeira	58
8.2.3.	Fatos de Natureza Patrimonial	59
	Ativo.....	59
	Passivo	60
	Patrimônio líquido	60
8.2.4.	Fatos de Natureza de Compensação	61
8.3.	Custos Operacionais, Resultados Financeiros e Não Financeiros	61
8.3.1.	Custos Operacionais	61
8.4.	Resultados Financeiros.....	62
8.5.	Resultados Não Financeiros	63
8.6.	Normas Legais e Técnicas Adotadas.....	63
8.7	Informações do Setor de Contabilidade	65
8.8	Conclusões de Auditorias e Medidas Adotadas.....	66
8.9	Esclarecimentos sobre Consolidação de Demonstrações Contábeis	78
8.10	Licitações e Contratos.....	79
8.11	Contratos Vigentes.....	83
8.12	Logística.....	84
9	Conclusão	88

1. Mensagem do dirigente máximo

Ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCEMG enviamos o Relatório de Gestão que compõe a Prestação de Contas do Exercício de 2021 por parte da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam.

Este documento foi elaborado com o intuito de oferecer uma visão ampla e transparente sobre a estratégia, governança e desempenho da Feam na geração de valor público demonstrando os resultados alcançados em 2021. Além destes tópicos são apresentadas informações orçamentárias, financeiras e contábeis em consonância com as recomendações do TCE.

Nos colocamos a disposição para prestar informações complementares e sanar quaisquer dúvidas que possam surgir a partir da leitura deste relatório.

Cordialmente,

Renato Teixeira Brandão

Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente

2. Visão Geral Organizacional

A Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam é uma entidade vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad com personalidade jurídica de direito público com autonomia administrativa e financeira. Além de observar as diretrizes da Semad, a Feam apoia e observa as deliberações do Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH-MG.

No âmbito federal, a Fundação integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama, instituído pela Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente.

De acordo com o Decreto nº 47.460/2019, de 20 de novembro de 2019, a Feam tem como competência desenvolver e implementar as políticas públicas relativas à mudança do clima, às energias renováveis, à qualidade do ar, à qualidade do solo e à gestão de efluentes líquidos e de resíduos sólidos, visando à preservação e à melhoria da qualidade ambiental no estado de Minas Gerais.

2.1 Objetivos da Feam

- Promover a aplicação de instrumentos de gestão ambiental;
- Propor indicadores e avaliar a qualidade ambiental e a efetividade das políticas de proteção do meio ambiente;
- Desenvolver, coordenar, apoiar e incentivar estudos, projetos de pesquisa e ações com o objetivo de promover a modernização e a inovação tecnológica nos setores da indústria, da mineração, do turismo, da agricultura, da pecuária e de infraestrutura, com ênfase no uso racional dos recursos ambientais e de fontes renováveis de energia;
- Prestar o apoio técnico necessário aos órgãos e às entidades integrantes do Sisema nos processos de regularização ambiental e no âmbito de sua atuação;
- Propor, estabelecer e promover a aplicação de normas relativas à conservação, à preservação e à recuperação dos recursos ambientais e ao controle das atividades e dos empreendimentos considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, em articulação com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais.

Em 2020, foi elaborado o novo planejamento estratégico do Sisema, que, entre outras medidas, estabeleceu missão e visão compartilhadas entre a Semad e as entidades vinculadas. Foi

definida como missão do Sisema “promover a preservação, a conservação e a recuperação dos ecossistemas, desenvolvendo e implementando as políticas públicas relativas à qualidade ambiental, à biodiversidade, aos recursos hídricos e ao saneamento, visando à manutenção do equilíbrio ecológico, ao uso racional dos recursos naturais, à qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável, para as gerações presentes e futuras”, e a visão “ser excelência em gestão ambiental sustentável”.

2.2 Principais normas direcionadoras de sua atuação

A Feam está vinculada à Semad nos termos da Lei nº 12.583/1997, e do artigo 3º da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016. O Decreto nº 47.460 de 20 de novembro de 2019, instituiu o Estatuto da Fundação Estadual do Meio Ambiente.

No âmbito federal, a Fundação integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama, instituído pela Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente.

2.3 Estrutura organizacional e de governança

A Feam possui um Conselho Curador que faz parte da estrutura orgânica, conforme art 7º do Decreto nº 47.760/2019, tem por competências:

- estabelecer as normas gerais de administração da Feam;
- deliberar sobre o orçamento anual e o plano de ação;
- deliberar sobre a prestação de contas anual;
- decidir, em última instância, sobre recursos interpostos contra decisões do presidente e seus delegados, em matéria de ordenamento interno;
- propor ao governador alterações no Estatuto da Feam.

O Conselho Curador da Feam é composto por:

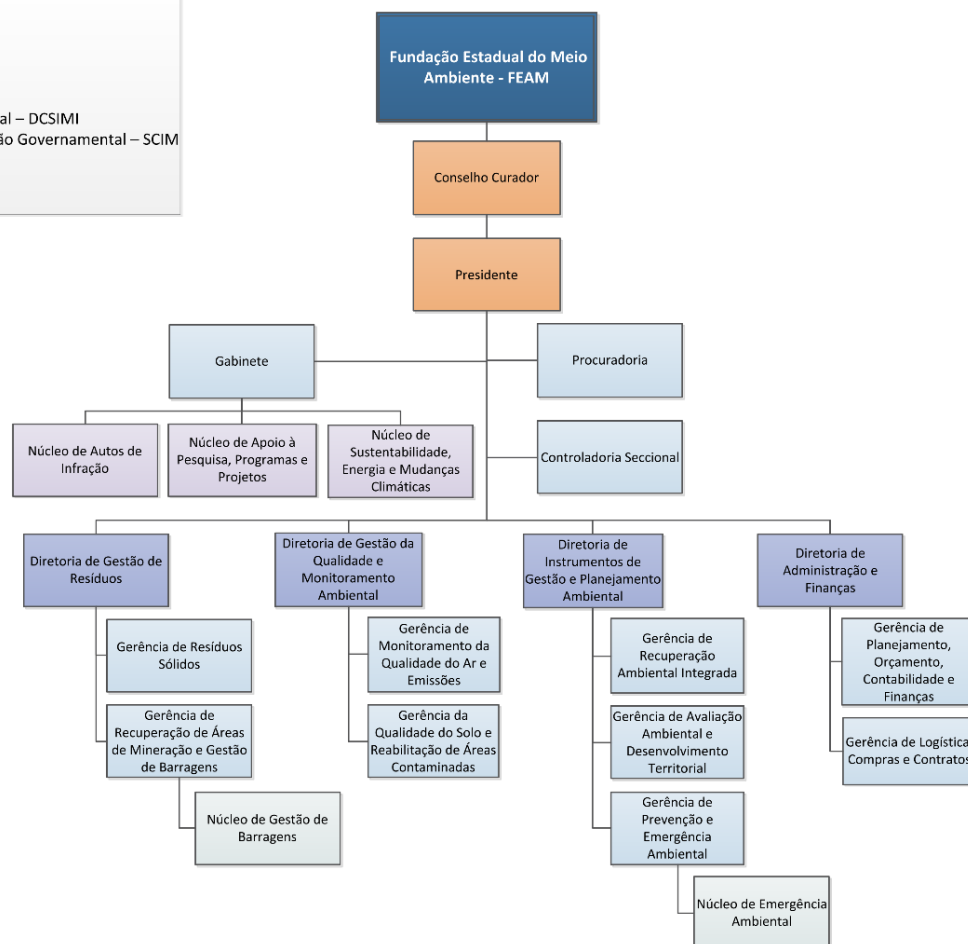
- I – Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que é o Presidente;
- II – Presidente da Feam, que exerce a função de Secretário Executivo;
- III – Secretário de Estado de Fazenda;

- IV – Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico;
- V – Secretário de Estado de Cultura e Turismo;
- VI – Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- VII – Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG;
- VIII – um representante da comunidade acadêmica com sede no Estado;
- IX – dois representantes de entidades de classe de profissionais liberais ligadas à proteção do meio ambiente e recursos hídricos;
- X – dois representantes dos servidores da Feam eleitos entre seus pares na forma do regulamento;
- XI – um representante de entidades civis ambientalistas constituídas no Estado e inscritas há pelo menos um ano no Cadastro Estadual de Entidades Ambientalistas – CEEA;
- XII – um representante das entidades estaduais representativas de setores econômicos.

Atualmente, a estrutura organizacional da FEAM tem a seguinte forma:

Legislação:
Decreto nº 47.760, de 20/11/2019
Lei nº 23.304, de 30/05/2019
Lei nº 22.257, de 24/07/2016

Elaboração:
Diretoria Central de Simplificação e Modernização Institucional – DCSIMI
Superintendência Central de Inovação e Modernização da Ação Governamental – SCIM
Subsecretaria de Gestão Estratégica - SUGES
Secretaria de Estado de Planejamento de Gestão - SEPLAG



2.4 Modelo de negócios

A Feam presta serviços por meio da entrega de produtos elaborados no âmbito de sua competência, definida no Decreto nº 47.460/2019. Os insumos necessários para realização de suas ações, projetos e programas são informações coletadas por meio do exercício do poder de polícia (em Autos de Fiscalização, Vistorias, etc.) e também por informações prestadas pelos empreendedores tais como declaração de condição de estabilidade de barragens de resíduos e rejeitos, dados registrados por meio das estações automáticas de monitoramento da qualidade do ar que são instaladas pelos empreendimentos mediante condicionantes ambientais, Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) ou Termo de Compromisso, declarações de carga poluidora, declarações de áreas contaminadas, comunicação de emergências ambientais e de denúncias.

Dentre as atividades da Feam citam-se a gestão de programas, projetos e ações relativas aos seguintes temas:

- instrumentos de gestão ambiental, especialmente aqueles relacionados à mitigação das emissões de gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas;

- melhoria da gestão ambiental dos resíduos sólidos e rejeitos oriundos das atividades industriais, da mineração, e dos resíduos especiais;
- planejamento e atuação na prevenção e no primeiro atendimento aos acidentes e emergências ambientais que coloquem em risco a saúde humana, o meio ambiente e os demais bens vulneráveis, de forma integrada e articulada com as demais instituições que atuem nesses eventos;
- desenvolvimento, planejamento, execução e monitoramento de programas, projetos, pesquisas, ações e instrumentos relativos à reabilitação e recuperação de áreas degradadas pela mineração, no âmbito do fechamento de minas;
- gestão de barragens de resíduos e rejeitos da indústria e da mineração;
- gestão da emissão de poluentes atmosféricos e da qualidade do ar;
- gestão da qualidade do solo e das áreas contaminadas;
- recuperação, conservação e melhoria ambiental de bacias e territórios impactados por desastres, em articulação com as equipes técnicas do Sisema e órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, planejamento ambiental territorial, zoneamentos e avaliações ambientais.

O trabalho da Feam tem grande relevância ambiental e social dado que previne impactos e recupera passivos ambientais em busca da melhoria da qualidade de vida da população em Minas Gerais. Lista-se abaixo alguns dos produtos e serviços desenvolvidos pela Feam no exercício de suas competências:

- Inventário de áreas contaminadas e reabilitadas: O Inventário de Áreas Contaminadas é um conjunto de informações sobre as áreas contaminadas e reabilitadas localizadas no Estado de Minas Gerais, este é um instrumento para o gerenciamento dessas áreas, subsidiando a elaboração do Programa Recuperação de Áreas Degradadas, a partir da geração e disponibilização de informações técnicas no apoio à tomada de decisão.
- Cadernos Rio Doce: Caderno anual com um compilado de informações sobre as ações desenvolvidas pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema) desde o rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.
- Cadernos Rio Paraopeba: Caderno anual com um compilado de informações sobre as ações desenvolvidas pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema) desde o rompimento da Barragem BI, em Brumadinho.
- Seminários de Emergência Ambiental: Evento promovido anualmente pela FEAM, com apoio do CEP2R2 Minas (Comissão Estadual para o Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos), que tem

como objetivo promover a troca de informações com os diversos segmentos nas atividades de produção, armazenamento, manuseio e transporte de produtos e resíduos perigosos e de extração mineral, cujos temas relacionam-se às ações de prevenção e resposta aos acidentes e emergências ambientais.

- Disponibilização de boletim de qualidade do ar: Informativo sobre a qualidade do ar disponibilizado diariamente para 18 municípios com informações obtidas por meio de 56 estações de monitoramento contínuo.

- Atendimento a acidentes e emergências ambientais: Atendimento multidisciplinar prestado em casos de acidentes com impactos ambientais e que podem trazer danos à saúde da população. Para isto, profissionais como engenheiros químicos, ambientais, agrônomos e civis; químicos e técnicos compõem o Núcleo de Emergência Ambiental (NEA), atuam em todo o estado em situações envolvendo, por exemplo, acidentes com caminhões que transportam produtos químicos ou inflamáveis, rompimento de barragens, vazamentos de resíduos industriais ou em postos de combustível. O atendimento é feito em parceria com outras instituições, como Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Vigilância Ambiental e prefeituras,

- Gerenciamento do Sistema MTR-MG: O Sistema Estadual de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), também denominado Sistema MTR-MG, é um sistema online, de uso gratuito, mantido e operado pela Feam, que permite a rastreabilidade dos resíduos gerados e/ou recebidos no estado de Minas Gerais, com base na emissão de três documentos na plataforma, pelos usuários: Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), Certificado de Destinação Final (CDF) e Declaração de Movimentação de Resíduos (DMR).

- Aprovação de fechamento de mina: Avaliação de plano ambiental de fechamento de mina, que consiste em instrumento de gestão ambiental formado pelo conjunto de informações técnicas, projetos e ações visando ao monitoramento e à recuperação da área impactada pela atividade minerária, considerando os aspectos socioeconômicos da atividade e de seu encerramento.

- Força Tarefa Feam para apoio ao licenciamento ambiental: O Plano de Metas e Indicadores 2021, constante no Anexo I da Resolução Conjunta Cofin/Semad nº 001, de 9 de fevereiro de 2021 (32044826), estabeleceu metas e indicadores a serem cumpridos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e definiu os parâmetros e valores para o pagamento da ajuda de custo específica com valores diferenciados a que se refere o Decreto nº 48.113, de 30 de dezembro de 2020, que regulamenta o art. 189 da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016.

Nessa esteira, o artigo 1º da referida Resolução Conjunta dispôs sobre as condições para o pagamento do valor da ajuda de custo no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e

Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Para tanto, foram delineadas metas regionais e globais, sendo que para as Superintendências Regionais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SUPRAMs), as Unidades Regionais de Gestão das Águas (URGAs) e as Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade (URFBIOS) a nota terá peso de 30% das metas regionais e 70% das metas globais. Para as demais unidades, a nota será apurada considerando-se as metas globais, conforme anexo I.

Assim sendo, diante da iminência de metas globais não serem alcançadas, imprescindível se fez instituir a presente Força Tarefa no âmbito da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), no intuito de agregar servidores lotados na instituição para a analisar processos de licenciamento ambiental, reforçando, portanto, a sinergia e a interconexão entre as entidades que compõem o Sisema. Os servidores da Feam indicados para compor o núcleo central da Força Tarefa foram realocados para o Gabinete e passaram a exercer suas atividades com dedicação exclusiva para atingir os objetivos pretendidos e cooperar com o alcance de metas globais do Sisema, ao passo que os servidores que eventualmente poderão vir a ser convidados a compor o núcleo de apoio à Força Tarefa da Feam não deixarão de desenvolver suas atividades de rotina em suas unidades de origem.

Para tanto, foi publicada a Resolução Conjunta SEMAD/FEAM nº 3.086, de 21 de julho de 2021(32517141), que instituiu Força-Tarefa para apoio e análise de processos de licenciamento ambiental, que passou a produzir efeitos a partir de 12 de julho de 2021 e convalidou todos os atos praticados desde então, nos termos de seu artigo 7º.

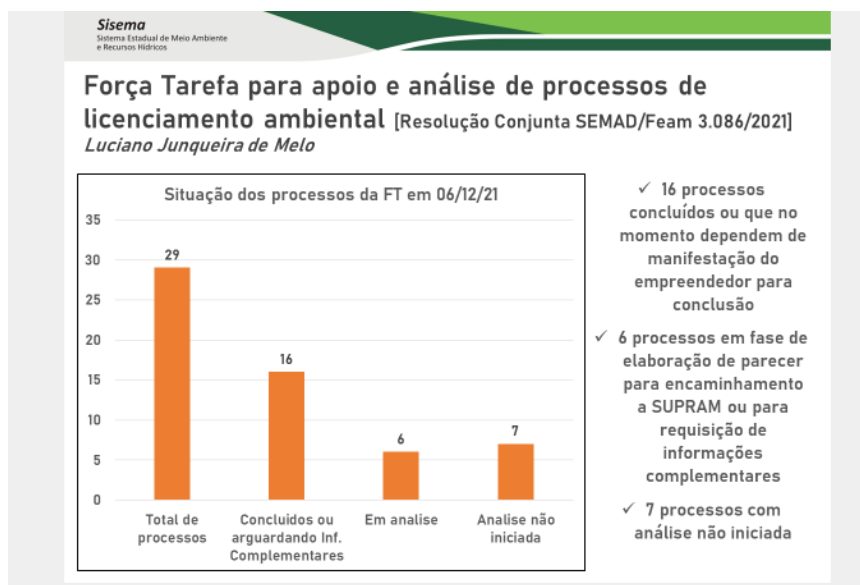
Ocorre, contudo, que a própria natureza temporária da FT Licenciamento apontava para a necessidade de estabelecer um prazo de vigência, o que foi devidamente previsto no artigo 6º da Resolução Conjunta SEMAD/FEAM nº 3.086, de 2021, in verbis:

Art. 6º – A FT Licenciamento iniciará seus trabalhos em 12 de julho de 2021 e deverá concluí-los até a data de 31 de dezembro de 2021.

Parágrafo único – A supervisão da FT Licenciamento e a Feam poderão identificar a necessidade de prorrogação dos trabalhos da FT, hipótese em que deverão ser apresentados os fundamentos e o prazo necessário para a conclusão das atividades.

Por força do parágrafo 6º da Resolução Conjunta ora em referência, e considerando a evolução exitosa dos resultados apresentados pela equipe da FT Licenciamento Feam, logo após os dois meses iniciais de capacitação e nivelamento técnico da equipe, evidenciados nos relatos de situação desde agosto de 2021, vislumbrou-se a necessidade de prorrogação dos trabalhos da

FT até 31 de dezembro de 2022, o que de fato ocorreu com a publicação da Resolução Conjunta SEMAD/FEAM nº 3.114, de 28 de dezembro de 2021.



2.5 Cadeia de Valor



2.6 Contratos de Gestão

A emenda constitucional 19 de 1998 alterou o art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil que passou a estabelecer em seu, §8º, que as entidades da Administração Indireta poderão celebrar Contratos de Gestão com o Estado. No âmbito deste tipo de contrato são estabelecidas metas a serem cumpridas pelo ente que, em contrapartida, recebe maior autonomia no desempenho de suas competências.

Ressalta-se que no período de referência deste relatório a Feam não possuiu tal instrumento vigente.

2.7 Relações com o ambiente externo e as partes

O principal meio de relação com o ambiente externo exercida pela Feam e pelo Sisema, é por meio do Conselho de Política Ambiental – COPAM, instituído pelo Decreto nº 18.466, de 29 de abril de 1977. Rege-se, dentre outras normas, pela Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016 e pelo Decreto Estadual nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016. O Copam é um órgão colegiado, normativo, consultivo e deliberativo, subordinado administrativamente à Semad, do qual o secretário é seu presidente. De acordo com o art. 16 do Decreto nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, todas as unidades que compõem a estrutura orgânica do COPAM devem observar a representação paritária entre o poder público e a sociedade civil. É assegurada a participação dos setores produtivo, técnico-científico e de defesa do meio ambiente nas câmaras técnicas e o Ministério Público deve participar das Unidades Regionais Colegiadas do COPAM, da Câmara Normativa e Recursal e do Plenário, conforme estabelece o § 5º do art. 15 da Lei nº 21.972, de 2016.

Além do COPAM, a relação com o ambiente externo, é feita a partir de suas normativas, a saber Portarias, porventura por meio de comunicação via site e mailing. O exercício do poder de polícia é realizado pelos fiscais em campo, que geram autos de fiscalização e autos de infração. Recentemente, segundo diretrizes do governo, a Feam tem exercido um papel mais orientador, buscando executar ações de prevenção de impacto e de infrações ambientais.

3 Governança, estratégia e alocação de recursos

A Feam está organizada de modo a acompanhar e apoiar continuamente suas unidades, definindo objetivos setoriais, indicadores, produtos e metas, relacionados ao exercício de suas funções.

A partir de 2020, a Fundação adotou ações mais efetivas relacionadas ao planejamento, para atender às demandas que chegam para a instituição. Desde então, são realizadas reuniões de planejamento entre os servidores, gestores, gabinete e presidência da Fundação para definição conjunta dos produtos e indicadores de desempenho que são acompanhados bimestralmente pelos gestores.

O planejamento da Feam está alinhado ao Plano Plurianual de Ação Governamental-PPAG 2020-2023, destacadamente os Programas Qualidade Ambiental (Programa 98) e Recuperação de Áreas Degradadas e Contaminadas (Programa 102).

Em linhas gerais a atuação da entidade se dá por meio da implementação de instrumentos de gestão ambiental, monitoramento e fiscalização em especial na gestão da qualidade do ar, do solo e de resíduos.

Como pode ser observado no PPAG 2020-2023 no planejamento das ações previstas para 2021 foi projetado, no âmbito destes dois programas, orçamento da ordem de trinta e dois milhões de reais (R\$32.751.213,00) dos quais 79% seria destinado às ações do Programa Qualidade Ambiental e 21% voltados para o Programa Recuperação de Áreas Degradadas e Contaminadas.

Embora tenha ocorrido esta previsão de valores para serem alocados nos referidos programas, houve contingenciamento de aproximadamente 80% da despesa prevista. O crédito autorizado para execução de despesas pela Lei Orçamentária Anual – LOA foi de R\$23.900.591,00 (73% do valor indicado no PPAG), este montante sofreu contingenciamento conforme Decreto Estadual de Programação Orçamentária – DPO que fixou limite das despesas da Feam para R\$6.554.243,00 (20% do valor indicado no PPAG), o detalhamento das despesas realizadas será apresentado na seção 6 deste relatório.

4 Riscos, oportunidades e perspectivas

No que concerne aos riscos e pontos de atenção relacionados a atuação da Feam destaca-se que uma questão que o Estado precisa tratar é a análise dos Planos de Ação e Emergência – PAE que estão sendo apresentados por empreendimentos que tem barragens instaladas em Minas Gerais, conforme previsão instituída na Política Estadual de Segurança de Barragens – PESB (Lei 23291/2019).

A partir da publicação do Decreto 48.140/2021 foi introduzida a obrigatoriedade de elaboração de PAE e submissão ao órgão competente para análise dos planos relativos às barragens que apresentam médio ou alto potencial de dano ambiental em Minas Gerais. Estes planos visam apresentar as medidas emergenciais necessárias à redução ou à eliminação de situação grave e iminente risco para vidas humanas e para o meio ambiente. No contexto atual tem-se mais de 400 barragens (tanto as destinadas à acumulação de rejeitos e resíduos industriais ou de mineração, quanto as barragens de água ou líquidos associados a processos industriais ou de mineração) para às quais são necessários os PAEs; a análise destes planos representa um volume enorme de trabalho analítico que precisa ser incorporado às rotinas de trabalho das equipes de trabalho e requer a dedicação de muitos profissionais especializados por parte da Feam, Semad, Instituto Estadual de Florestas – IEF, Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - Iepha, Coordenadoria Estadual de Defesa Civil-Cedec, Instituto Mineiro de Agropecuária-IMA.

Nessa toada, a Feam instruiu processo SEI e remeteu ao crivo da Advocacia Geral do Estado a análise de viabilidade de contratação de consultoria técnica especializada, por meio do instituto do trespasse, para prestação serviços técnicos de análise e elaboração de relatórios técnicos referentes aos PAEs de Barragens, que integram os processos administrativos de licenciamento ambiental de barragens.

No tocante ao licenciamento ambiental, foi exarada a Nota Jurídica nº 15.895, de 12 de julho de 2017, que teve por objetivo emanar posicionamento jurídico quanto à possibilidade de trespasse a terceiros das atividades técnicas de análise e licenciamento ambientais. De fato, na referida Nota consta que o “licenciamento ambiental é conceituado como um procedimento administrativo, ou seja, uma cadeia de atos administrativos que culminam na expedição ou não da licença ambiental”. Ou seja, “para que um licenciamento ocorra, é necessário a execução de uma série de atos materiais ou jurídicos, realizados pela Administração, administrados e terceiros, para que se dê transcurso ao licenciamento”.

Considerando que a gestão preventiva de barragens pode evitar e mitigar danos socioambientais de grande magnitude, com perda de vidas humanas e comprometimento da qualidade de vida da população, e gerar sobrecarga na administração pública em razão do estabelecimento de comitês de crise, assim como graves efeitos econômicos para o Estado de Minas Gerais, o objeto proposto e ainda sob análise da AGE é a contratação de consultoria ambiental para apoio na análise de 653 (seiscentos e cinquenta e três) PAEs, em conformidade com os dispositivos do Decreto 48.078, de 2020, e com as diretrizes de cada um dos órgãos/entidades que compõe o Sisema, bem como a Coordenaria Estadual de Defesa Civil – GMG-Cedec, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG e o Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA.

Como produto tem-se relatórios técnicos específicos referentes a cada seção do PAE, a serem elaborados conforme orientação técnica e normativos aplicáveis dos 07 (sete) órgãos ou entidades competentes. A partir dos relatórios elaborados, o gestor do expediente emitirá o Parecer Técnico correspondente à temática da seção do PAE que lhe compete.

Apresenta-se como riscos para a contratação referida a impugnação por qualquer interessado, qualidade técnica da consultoria que prestará o serviço que poderá, eventualmente gerar em algum grau um retrabalho ao servidor responsável (gestor) por emitir o parecer técnico, bem como o afastamento do conflito de interesse, uma vez que a consultoria contratada, em tese, pode ter prestado ou estar prestando serviço a empresas interessadas nos licenciamentos de barragens em análise ou ainda pode vir a ser contratada com recurso de alguma dessas empresas interessadas.

Como proposta de solução visando eliminar o risco do conflito de interesse é prever em contrato que a consultoria deverá realizar o distrato dos contratos vigentes com empresas interessadas nos licenciamentos de barragens em análise. Assim, o processo de contratação bem como o contrato devem apresentar formas de mitigar esses possíveis riscos, principalmente no que se refere ao conflito de interesse.

Com relação às oportunidades, temos em 2022 a realização da 27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática - COP27 (*United Nations Climate Change Conference*). Minas Gerais tem a oportunidade de se destacar como referência na América Latina na pauta de Mudanças Climáticas, principalmente se avançarmos nos encaminhamentos decorrentes da adesão do Estado à Campanha *Race to Zero*, uma campanha global para reunir liderança e apoio de empresas, cidades, regiões, investidores para uma recuperação saudável, resiliente e zero de carbono que evite ameaças futuras, crie empregos decentes e favoreça um crescimento inclusivo e sustentável.

Ainda no que tange às oportunidades, foi publicada a Resolução Conjunta Seplag/Semad/Feam/IEF/Igam nº 10.466, de 22 de dezembro de 2021, que regulamentou a implementação do regime de teletrabalho no Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema) a partir de janeiro de 2022.

A implementação do regime de teletrabalho nos órgãos que integram o Sisema: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) e Instituto Estadual de Florestas (IEF) foi autorizada a partir de 1º de janeiro de 2022 na modalidade de execução parcial, regime que combina o trabalho remoto com o trabalho presencial em dias específicos da semana, previamente definidos entre o servidor e sua chefia imediata.

O início do teletrabalho na modalidade de execução parcial, no entanto, foi condicionado à definição de metas entre os servidores e suas respectivas chefias imediatas, bem como o atendimento dos demais requisitos trazidos na resolução conjunta.

As metas foram inseridas no Ponto Digital e submetidas à aprovação pelo Subgrupo Gestor responsável pela unidade administrativa de exercício do servidor, conforme estabelecido no § 2º do artigo 2º da Resolução Conjunta Seplag/Semad/Feam/IEF/Igam 10.466/2021.

A institucionalização do teletrabalho é um marco para o serviço público estadual, com benefícios tanto para o servidor, que ganha flexibilidade e qualidade de vida, quanto para a administração, com o aumento da produtividade e da qualidade do serviço público, além de otimizar a utilização dos espaços físicos, equipamentos, além de fortalecer a gestão de desempenho ao invés do simples “controle de ponto”.

Há, contudo, regras e parâmetros que os agentes públicos devem cumprir para poderem usufruir do teletrabalho, como entregas das atividades no prazo estabelecido e capacidade técnica para a utilização das tecnologias necessárias para a execução do serviço.

5 Resultados e Desempenho da Gestão

5.1 Sustentabilidade, energia e mudanças climáticas

Instituição do Fórum Mineiro de Energia e Mudanças Climáticas

Em 2021, foi instituído, através da publicação do Decreto 48.292, de 28 de outubro de 2021, o Fórum Mineiro de Energia e Mudanças Climáticas (FEMC). Semelhante ao Fórum de Mudanças Climáticas Globais, instituído em 2005, o núcleo foi criado com o objetivo de funcionar como um espaço para discussões que auxiliem no suporte de melhorias para o desenvolvimento e aprimoramento do Plano de Energia e Mudanças Climáticas de Minas Gerais (PEMC) e de outros eixos estratégicos que possam se cobeneficiar de soluções propostas pelo fórum. De forma estratégica, o fórum desempenha a função de núcleo consultivo e, por isso, visa garantir uma composição diversificada de partes interessadas, a fim de favorecer medidas transversais que envolvam várias secretarias, cidades e organizações estaduais.

Nesta perspectiva, a constituição de um núcleo multidisciplinar baseado em processo participativo, envolvendo diferentes representantes do setor público e da sociedade civil, se apresenta como um avanço significativo para o desenvolvimento da agenda climática e energética do estado de Minas Gerais.

O fórum contribui para que os debates sobre questões climáticas sirvam de oportunidade para explorar o potencial de complementaridade na proposição de soluções multinível, capazes de gerar benefícios em diferentes setores estratégicos para o desenvolvimento sustentável e resiliência climática regional.

Projeto ICAT Brasil - 2ª Fase

A iniciativa (*Initiative for Climate Action Transparency-ICAT*), desenvolvida em parceria com o Centro Brasil Clima (CBC) e COPPE UFRJ, foi realizada com o intuito de promover a transparência nas ações de mitigação adotadas por cada país para implementar a sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) apresentada no âmbito do Acordo de Paris. O Projeto ICAT para Minas Gerais buscou a identificação das oportunidades para mitigação das emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE nos estados, a avaliação da sua contribuição para o alcance da NDC Brasileira e o desenvolvimento de indicadores de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV) para o acompanhamento das ações.

Em 2021, dando sequência às atividades iniciadas em 2020, foi iniciada a 2ª Fase do Projeto, a qual envolveu: formação de grupos de trabalhos setoriais para discussões que subsidiaram a projeção das emissões de gases de efeito estufa para Minas Gerais até 2030, para o cenário tendencial e de mitigação; realização do 2º Workshop de Engajamento realizado no dia 17/09/2021.

O relatório do projeto foi concluído, apontando os seguintes resultados, em síntese:

- Apesar dessa posição entre os principais estados emissores, Minas Gerais é um dos mais pró-ativos na agenda climática, com diversas políticas desenvolvidas ao longo das últimas duas décadas visando reduzir as emissões como é o caso dos setores de energias renováveis, sendo o estado o que tem o maior potencial instalado de energia solar distribuída no Brasil;
- Os resultados dos cenários de referência e de mitigação mostram que o potencial de mitigação do estado está principalmente no setor de transportes e na agropecuária, que são justamente as duas principais fontes de emissão;
- Na década atual o aumento das emissões deverá ser distribuído entre os setores, mas com destaque para a indústria, enquanto em AFOLU (Agricultura Florestas e Uso do Solo) é esperada uma pequena queda;
- Os resultados indicam que, diante de uma projeção de crescimento de 100% do PIB do estado entre 2005 e 2030, a intensidade de carbono do PIB deverá diminuir nos dois cenários, enquanto a emissão total per capita deverá crescer em ambos considerando um aumento esperado de 14% na população.

Promoção de energias renováveis

A Feam publicou a proposta de Estratégia de Transição Energética para o território do estado de Minas Gerais. A estratégia é baseada na modelagem do sistema energético de Minas Gerais no médio e longo prazo para subsidiar uma transição energética com vistas à expansão das energias renováveis e promoção da eficiência energética à nível estadual e municipal, bem como o combate às mudanças climáticas. O produto foi iniciado em meados de 2019, sendo em 2021 atualizado, discutido e validado no Grupo de Trabalho - GT de Transição Energética.

Link de acesso:

http://www.feam.br/images/stories/2021/MUDANCAS_CLIMATICAS/Estrategia_de_Transicao_Energica_Final.pdf.

26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP26

Nesta conferência, realizada em novembro de 2021 na cidade de Glasgow na Escócia, dentre outras ações, a Feam por meio da Comitativa Mineira apresentou as boas práticas ambientais executadas em Minas Gerais e os projetos para neutralizar emissões de gás carbono e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. O material foi organizado em um portfólio, que pode ser acessado no site da Feam.

O documento apresenta ações realizadas pelo Governo de Minas e também pelo setor produtivo. O material foi elaborado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), em parceria com as Federações da Agricultura e Pecuária (Faemg) e das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg).

Link de acesso:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaZWQ2MjVhYmMtMmU4Yy00ZWZlLTlIMTAAtNDIyMjczM2FhY2RjIiwidCI6IjkyNGY5ODQ3LTl0MmUtNGE5YS04OTEzLTlINDM2NDliOWVhYSJ9&pageName=ReportSection>.

Apoio a mecanismos de transferência de conhecimento e recursos no âmbito de cooperações regionais, nacionais e internacionais relacionadas ao enfrentamento das mudanças climáticas

a. Promoção, apoio e fundamentação técnico-normativa para a assinatura do protocolo de intenção de adesão à Campanha Race to Zero e Under2 Coalition pelo Governo do Estado de Minas Gerais

O Governador Romeu Zema Neto, em nome do Governo do Estado de Minas Gerais, a Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília Carvalho de Melo, a Secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ana Maria Soares Valentini, o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio Avelar, o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, Flávio Roscoe Nogueira, e o Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, Roberto Simões, endossaram os Princípios da Campanha Race to Zero e declaram o compromisso de:

- I - Neutralizar as emissões de Gases de Efeito Estufa no Estado de Minas Gerais até o ano de 2050;

– II - Atualizar o Inventário de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa e o Plano de Energia e Mudanças Climáticas do Estado de Minas Gerais no prazo de 12 (doze) meses, com o desenvolvimento de cenários para zerar emissões até 2050 e adotar uma meta intermediária de redução das emissões de GEE para 2030, consistente com o caminho para alcançar a neutralidade de carbono em 2050 e com a fatia justa de Minas Gerais para que o mundo reduza suas emissões em 50% até 2030, conforme apontado pelo Relatório Especial do IPCC sobre o Aquecimento Global de 1.5 grau.

A Feam realizou apoio na articulação institucional junto à secretaria executiva da Campanha, bem como a fundamentação técnico-normativa para viabilizar a assinatura do instrumento.

b. Promoção, apoio e fundamentação técnico-normativa para a assinatura do compromisso com a Aliança pela Ação Climática (ACA Brasil) pelo Governo do Estado de Minas Gerais

O Governador Romeu Zema Neto, em nome do Governo do Estado de Minas Gerais, formalizou o compromisso junto à Aliança pela Ação Climática (ACA Brasil), instituição que representa uma coalização nacional dedicada à empreender medidas sistematizadas e aumentar o apoio público no enfrentamento à crise climática mundial, de modo a contribuir para que os países cumpram com os compromissos pactuados no Acordo de Paris.

A Feam realizou apoio na articulação institucional junto à ACA Brasil, bem como a fundamentação técnico-normativa para viabilizar a assinatura do instrumento.

5.2 Resíduos sólidos

Relatório Descritivo para criação dos módulos do Sistema Estadual de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) romaneio para Resíduos de Construção Civil (RCC) e logística reversa

A Deliberação Normativa (DN) nº 232/2019 estabeleceu para quais resíduos e situações poderá ser usado o MTR Romaneio, tipo de manifesto emitido pelo transportador dos resíduos, indicando os geradores do resíduo objeto do manifesto.

“Art. 12 – O controle do transporte e da destinação dos seguintes resíduos sólidos e rejeitos será feito por intermédio do MTR-Romaneio, emitido via Sistema MTR-MG, nas seguintes hipóteses:

I – resíduos sólidos e rejeitos provenientes de sistemas de tratamento de esgoto sanitário, quando coletados em domicílios por caminhão limpa fossa;

II – resíduos sólidos submetidos a sistema de logística reversa formalmente instituído, definidos pela Feam em portaria específica;

III – resíduos da construção civil – RCC –, quando gerados em domicílios, por pessoas físicas, conforme regras definidas pela Feam em portaria específica.

§1º – Até que seja publicada a portaria a que se refere o inciso II do caput deste artigo, os resíduos sólidos submetidos a sistema de logística reversa formalmente instituído serão passíveis de MTR e CDF, nos termos dos artigos 7º a 10, desta deliberação normativa.

§2º – A obrigatoriedade do MTR-Romaneio para os RCC gerados em domicílios por pessoas físicas somente passará a incidir após a publicação da portaria a que se refere o inciso III do caput deste artigo.

§3º – São passíveis de MTR e CDF, nos termos dos artigos 7º a 10º, desta deliberação normativa:

I – os RCC, quando gerados por pessoas jurídicas, de direito público ou privado;

II – os resíduos sólidos e rejeitos provenientes de sistemas de tratamento de esgoto sanitário, quando gerados por pessoas jurídicas, de direito público ou privado, e coletados por caminhão limpa fossa. ”

O Sistema MTR-MG, em sua versão atual, apenas apresenta uma opção de MTR Romaneio, específica para lodo do sistema de tratamento de esgoto sanitário gerado por pessoa física e coletado por caminhão limpa fossa, não havendo no sistema a possibilidade de emissão de MTR Romaneio para as duas situações previstas no Art. 12 da DN 232/2019. Também foi verificado nos sistemas em operação nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro que não há módulo de MTR Romaneio para outras situações, que não a de limpa fossa já descrita.

Nesse contexto, visando atender à legislação e facilitar a emissão de MTRs pelos usuários, foi elaborado relatório que visa apresentar proposta para construção de novos módulos de MTR Romaneio, para resíduos de construção gerados em domicílio e para os resíduos sujeitos à sistemas de logística reversa, considerando a necessidade de execução do Art. 12 da Deliberação Normativa nº 232/2019 e a adequada rastreabilidade desses resíduos no estado de Minas Gerais. O referido relatório está sob apreciação da Abetre (Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos), com a qual a Fundação Estadual do Meio Ambiente, possui Acordo de Cooperação visando a mútua cooperação para a customização e manutenção do Sistema Estadual de Manifesto de Transporte de Resíduos de Minas Gerais,

Panorama dos Resíduos Sólidos no estado de Minas Gerais com base nos dados do Sistema MTR – MG

O Sistema Estadual de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) é um sistema online que permite a rastreabilidade dos resíduos gerados e/ou destinados no estado de Minas Gerais, por meio da emissão do manifesto de transporte de resíduos (MTR), documento em que é declarado o gerador, transportador e destinador dos resíduos e rejeitos movimentados no estado, bem como através da Declaração de Movimentação de Resíduos (DMR) por parte de geradores e destinadores de resíduos. No sistema também é emitido o Certificado de Destinação Final (CDF) pelos empreendimentos de destinação de resíduos. Dessa forma, a plataforma constitui importante instrumento de gestão e fiscalização, permitindo o monitoramento, pelos órgãos ambientais e de limpeza urbana, da geração, armazenamento temporário, transporte e a destinação final dos resíduos para os quais o MTR é obrigatório, no território mineiro.

Em março de 2021 foi publicado um panorama do Sistema MTR-MG, com base nos relatórios gerenciais referentes aos dados inseridos pelos usuários no sistema no período de outubro de 2019 a outubro de 2020, que abrange o primeiro ano de obrigatoriedade do uso do Sistema, em atendimento à DN COPAM nº 232 de 2019.

Após pouco mais de um ano do uso obrigatório do Sistema MTR- MG com 72.056 usuários cadastrados e um total de 15.716.775,25t de resíduos movimentados no estado, a conclusão do relatório foi que o sistema MTR-MG se confirma como uma importante ferramenta de rastreabilidade e controle do fluxo de resíduos do estado, fornecendo informações diversas sobre o gerenciamento e os fluxos dos resíduos ao órgão ambiental, permitindo o levantamento dos dados que são fundamentais para a realização de diagnósticos e melhoria da gestão dos resíduos sólidos em Minas Gerais. As diversas informações sobre os resíduos sólidos obtidas a partir do levantamento realizado para compor o panorama possibilitaram verificar que ao longo dos meses, a adesão ao sistema vem aumentando como evidenciado por meio da evolução mensal da quantidade de cadastros e quantidade de MTR's emitidos. Essa adesão está relacionada não apenas à obrigatoriedade e gratuidade do sistema, mas a um grande esforço na divulgação e no treinamento de empresas, prefeituras e outros órgãos pela Feam e outras instituições que, entendendo a importância dessa ferramenta, atuaram como multiplicadores da utilização da plataforma. O panorama evidenciou que, apesar da obrigatoriedade inibir a destinação inadequada de resíduos, pois todo o processo da geração à destinação fica registrado no sistema, há quantidades significativas de resíduos diversos tendo destinações registradas no sistema não condizentes com sua periculosidade, o que pode estar relacionado a erros no preenchimento dos manifestos, mas também podem ser indicativos de destinações inadequadas, o que deve ser objeto de análise criteriosa e fiscalização.

Importante destacar que a análise da quantidade e do fluxo dos resíduos citados bem como dos resultados que chamaram atenção neste panorama para possíveis irregularidades serão

apurados posteriormente pela Feam, e deverão ser baseados em novos levantamentos no Sistema MTR- MG que se julgarem necessários. Os resultados dessas análises serão utilizados como base para pautar atuações futuras do órgão. Por fim, observa-se que existem ainda desafios para o alcance de uma gestão adequada dos resíduos, necessitando de uma mudança do comportamento e quebra de paradigmas por parte dos atores que fazem parte de todo fluxo para que seja alcançado um modelo mais sustentável de gestão de resíduos. Como forma de buscar a melhoria dessa gestão, a Feam continua trabalhando, dentre outras coisas, no aprimoramento do Sistema MTR-MG, por meio de sua manutenção evolutiva, criando novas ferramentas que permitam a melhoria da rastreabilidade dos resíduos, rejeitos e efluentes em Minas Gerais, bem como no acompanhamento e fiscalização do fluxo de resíduos no estado.

○ O arquivo com o Panorama dos Resíduos Sólidos no estado de Minas Gerais com base nos dados do Sistema MTR – MG encontra-se disponível em: http://www.feam.br/images/stories/2021/MTR/RelatorioSistemaMTR_VersaoGERES_posDiretoria_comFICHA2.pdf

Portaria de orientação de Declaração de Movimento de Resíduos (DMR) para destinadores de Resíduos de Serviços de Saúde – RSS

A publicação da portaria visou criar o entendimento que as informações prestadas pelos destinadores de RSS por meio da Declaração de Movimentação de Resíduos - DMR, implementada pela DN 232 de 2019, abarcam aquelas exigidas na Declaração da Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde, prevista na DN 171 de 2011. Com a publicação da portaria, que ocorreu no dia 2/3/2021, foi possível substituir a Declaração da Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde pela Declaração Movimentação de Resíduos.

5.3 Qualidade do Ar e Emissões

Plano de Controle de Emissões Atmosféricas - PCEA-MG

Em 19 de novembro de 2018, o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA - publicou a Resolução nº 491 que dispõe sobre padrões de qualidade do ar. Essa norma estabeleceu etapas sequenciais para a adoção de padrões, tendo como padrão final os valores recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A Resolução 491/2018 prevê instrumentos para o acompanhamento e atendimento aos padrões sequenciais, até se atingir os níveis recomendados pela OMS. Entre estes instrumentos está o Plano de Controle de

Emissões Atmosféricas – PCEA.

O objetivo do PCEA é ser um instrumento de gestão da qualidade do ar, indicando diretrizes e ações para o controle e redução da emissão de poluentes em convergência com planos, programas, ações e metas definidos por outros órgãos com atuações pertinentes ao tema. Deve conter a abrangência geográfica e regiões a serem priorizadas; diagnósticos da qualidade do ar; identificação das principais fontes de emissões atmosféricas por meio de inventários de emissões; diretrizes e ações para a redução das emissões e melhoria da qualidade do ar.

As regiões priorizadas para o PCEA/MG foram definidas a partir dos seguintes critérios: possuir histórico de denúncias de poluição atmosférica; possuir inventários de fontes de emissão atmosférica para identificar as fontes e quantificar as taxas de emissão de poluentes; possuir estações automáticas de monitoramento da qualidade do ar instaladas para possibilitar não só a identificação das áreas em não atendimento aos padrões ou que apresentam os maiores níveis de concentrações, mas o acompanhamento da eficiência das ações de controle das emissões atmosféricas quando implantadas.

Em 2021 a FEAM concluiu a minuta do PCEA, na qual são apresentados os seguintes itens: caracterização das fontes de emissão; avaliação da contribuição das fontes de emissões a partir de inventários de emissões atmosféricas, cálculo das metas de redução dos poluentes e propostas de diretrizes para a redução das emissões. Em 2022, dando continuidade à construção do PCEA, a minuta será discutida com os setores da sociedade com o objetivo de colher sugestões de diretrizes que levem à redução de emissões.

Destaca-se que conforme o Art. 5º § 3º da Resolução CONAMA nº 491/2018 “Os órgãos ambientais estaduais e distrital elaborarão, a cada 3 anos, relatório de acompanhamento do plano, indicando eventuais necessidades de reavaliação, garantindo a sua publicidade”. Portanto, eventuais regiões de interesse não integrantes inicialmente no PCEA/MG poderão ser incluídas nas próximas versões do Plano.

Restauração do Sistema de gestão dos dados do Centro Supervisório da Feam, integração da rede de monitoramento à plataforma MonitorAr do MMA e retomada da divulgação diária do boletim de qualidade do ar

Os dados da rede de monitoramento da qualidade do ar do Estado de Minas Gerais foram interligados à plataforma do Sistema “MonitorAr” a partir de agosto/2021. A plataforma “MonitorAr” foi desenvolvida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) para integrar e divulgar em uma plataforma única, os dados de toda a rede de monitoramento da qualidade do ar do Brasil.

Além disso, o sistema de gestão de dados de monitoramento contínuo da qualidade do ar e de emissões atmosféricas do Centro Supervisório da Feam passou por uma atualização, o que permitiu a retomada da divulgação diária do boletim de qualidade do ar.

Análise de Estudos de Dispersão Atmosférica (EDA)

Em comparação ao ano de 2020 a quantidade de Estudos de Dispersão Atmosférica analisados pela Feam/Gesar aumentou em mais de 100%. Em 2021 foram analisados 26 EDA's. O EDA é uma ferramenta metodológica por meio da qual é possível simular o impacto da atuação dos empreendimentos na variável "ar". Os estudos, em regra, são compostos das etapas de inventário das fontes de emissão atmosférica e modelagem atmosférica. Vale ressaltar que na análise do EDA a GESAR/FEAM avalia principalmente a direção predominante da pluma de dispersão dos poluentes e as concentrações em que os mesmos atingem as comunidades próximas ao empreendimento e sua conclusão aponta para a necessidade ou não de instalação de rede de monitoramento da qualidade do ar.

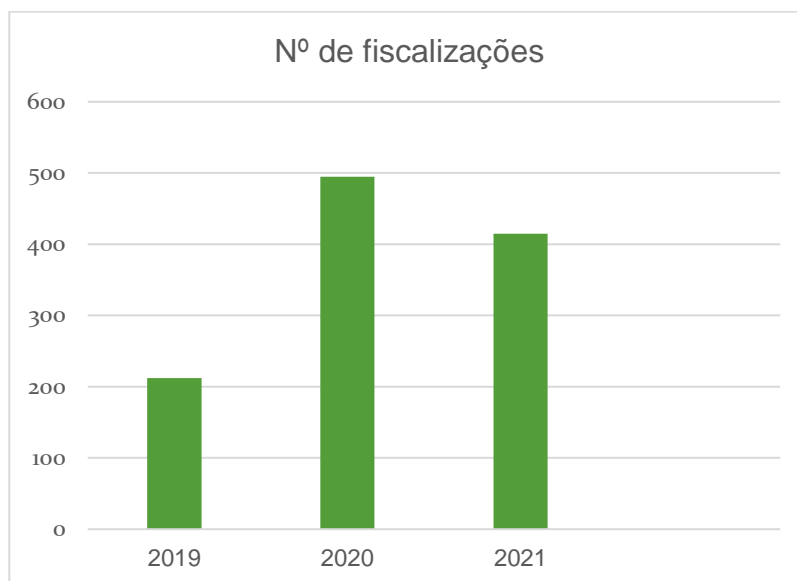
5.4 Recuperação de áreas de minerações e gestão de barragens

○ Fiscalizações de barragens

Em 2019, as equipes de fiscalização das Superintendências Regionais de Meio Ambiente - SUPRAMs e a equipe de fiscais do Núcleo de Gestão de Barragens – Nubar concentraram esforços para vistoriar as barragens classificadas como de classe III no Banco de Declarações Ambientais e, naquele ano, fiscalizaram 212 estruturas.

Ao longo de 2020, com o apoio dos profissionais contratados, o Nubar da Feam sozinho, logrou a marca de 495 estruturas fiscalizadas, gerando mais de 300 ofícios a empreendedores e demais órgãos de controle. Destaca-se que, quando a empresa não atende aos Ofícios da Feam, são emitidos autos de infração por descumprimento de solicitação de agente credenciado.

No ano de 2021, considerando apenas a atividade da equipe do Nubar, foram fiscalizadas 415 estruturas.



○ **Publicação do Decreto nº 48.140, de 25 de fevereiro de 2021**

Este Decreto regulamenta dispositivos da Lei nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, que institui a Política Estadual de Segurança de Barragens, e estabelece medidas para aplicação do art. 29 da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, e dando outras providências.

O Decreto é direcionado para àqueles empreendimentos que possuem barragens em Minas Gerais submetidas à classificação de risco, à fiscalização e ao acompanhamento pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema).

O decreto tem como finalidade regulamentar os seguintes aspectos da Lei 23.291/2019:

- classificação das barragens por categoria de risco e potencial dano ambiental associado;
- Descaracterização de barragens alteadas pelo método a montante;
- Majoração das multas derivadas de desastres e acidentes envolvendo barragens;
- Credenciamento de auditores;
- obras e intervenções emergenciais em barragens
- Registro do nível dos reservatórios e dos volumes armazenados;

○ **Publicação da Portaria FEAM nº 678, de 06 de maio de 2021**

Esta portaria estabelece regras para o credenciamento de auditores para a prestação de serviços de auditoria técnica de segurança de barragens no âmbito da Política Estadual de Segurança de Barragens e dá outras providências.

O credenciamento de auditor foi iniciado em agosto de 2021 e a partir de 2022 somente serão considerados válidos os Relatórios de Auditoria Técnica de Segurança de Barragens – RTSB assinados por auditor previamente credenciado.

- **Portaria FEAM nº 679, de 06 de maio de 2021**

Estabelece procedimento a ser seguido para o cadastro e classificação das barragens submetidas à Política Estadual de Segurança de Barragens – PESB e dá outras providências. A Feam convocou os empreendedores, por meio da referida portaria, a proceder o devido cadastramento das barragens no SIGIBAR até 25 de agosto de 2021 para viabilizar a entrega do Relatório Técnico de Segurança de Barragens – RTSB de todas as estruturas a serem cadastradas até 01 de setembro de 2021, conforme determina a Lei 23.291/2019.

- **Inventario de Barragens - Ano base 2020**

Este inventário consolida as informações das barragens cadastradas e descaracterizadas, junto a Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM, no Ano de 2020. A publicação do inventário está prevista em lei e a consolidação do ano de 2020 será importante para nortear o processo de recadastramento das estruturas nos termos da Lei 23.291/2019.

Link de acesso: <http://www.feam.br/gestao-de-barragens/inventario-de-barragens>

- **Sistema de Gerenciamento de Informações de Barragens – SIGIBAR.**

A Lei 23.291/2019, por meio do art. 5º, determina que o órgão ou a entidade competente do Sisema manterá cadastro das barragens instaladas no Estado e as classificará conforme seu potencial de dano ambiental, observados os critérios gerais estabelecidos no âmbito da PNSB. Adicionalmente, por meio do art. 17, determina que as barragens de que trata a lei serão objeto de auditoria técnica de segurança, sob responsabilidade do empreendedor, em periodicidade definida em razão do potencial de dano ambiental.

A referida lei define ainda que o Relatório de Auditoria técnica de Segurança Barragem - RTSB, acompanhado das ARTs dos profissionais responsáveis, deverá ser apresentado ao órgão ou à entidade competente do Sisema até o dia 1º de setembro do ano de sua elaboração, junto com a Declaração de Condição de Estabilidade – DCE. Neste sentido, era eminente a necessidade de construir um sistema que permitisse a apresentação destes e outros documentos, uma vez que o Banco de Declarações Ambientais – BDA – Modulo Barragens, que operacionalizou a gestão de barragens do Sisema até a publicação da PESB, não permitia.

Neste interim, nasce o Sistema de Informações de Gerenciamento de Barragens – Sigibar, que é uma plataforma online, hospedada dentro do Portal EcoSistemas, que visa subsidiar a gestão ambiental de barragens do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, nos termos da Lei 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, que institui a Política Estadual de Segurança de Barragens – PESB. O sistema foi lançado no dia 01 de junho de 2021.



Em sua primeira versão, o sistema que foi construído pela própria equipe técnica do Sisema, busca viabilizar o cadastramento de barragens e a apresentação dos Relatórios Técnicos de Segurança de Barragens – RTSB, que são imprescindíveis para continuidade da gestão de barragens realizada pela Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam. Na versão de lançamento o sistema apresenta três módulos denominados de “Auditor – Complementar Cadastro de Auditor”; “Auditoria - Cadastro do Relatório de Auditoria”; e Barragem - Cadastrar, Gerenciar e Visualizar Barragens, sendo que os dois primeiros ficam disponíveis apenas para aqueles usuários que possuem o perfil de auditor.

Neste sentido, cabe destacar que o projeto original do Sistema de Informações de Gerenciamento de Barragens – Sigibar prevê a construção de cerca de 13 módulos, que serão construídos com recursos advindos do acordo firmado com a Vale S.A em razão do desastre da Barragem B-I e concentraram toda a gestão de barragens em um único sistema, de forma clara e transparente.

5.5 Inventário de Áreas Contaminadas de Minas Gerais em 2021

A Feam publicou em seu site o Inventário de Áreas Contaminadas de Minas Gerais em 2021. As áreas consideradas contaminadas são aquelas em que as concentrações das substâncias ou compostos químicos estão acima dos Valores de Investigação estabelecidos pela Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH nº 02/2010, indicando a existência de potencial risco à saúde humana e ao meio ambiente. De acordo com o levantamento, o Estado registrou 687 áreas contaminadas, dentre as quais 251 foram reabilitadas em 182 municípios,

sendo que cerca de 40% deles estão localizadas nas Regiões Central e Metropolitana de Belo Horizonte.

De acordo com a classificação das áreas contaminadas em 2021 a maior parte dessas está dividida entre Área Reabilitada para Uso Declarado – AR, 37%, e Área Contaminada sob Intervenção - ACI, 28% (Figura 02). Essa distribuição indica melhoria no processo de gerenciamento com maior parte das áreas sendo reabilitadas. Por sua vez, a pequena porcentagem de áreas classificadas como contaminadas indica que o processo de identificação de novas áreas contaminadas está ocorrendo de forma mais lenta.



Figura 02- Classificação do gerenciamento de áreas contaminadas. Fonte: Cadastros Feam e SMMA/PBH – Minas Gerais, 2021.

- **Capacitação e/ou discussão com atores internos e externos sobre procedimentos de gerenciamento de áreas contaminadas**

Foi realizada orientação técnica sobre procedimentos de gerenciamento de áreas contaminadas no webinar no evento da Associação dos Municípios Mineiros - AMM em 21/05/2021.

- **Áreas Contaminadas Reabilitadas**

No ano de 2021 foram reabilitadas 26 áreas contaminadas que estavam em acompanhamento na Feam, acumulando um total de 251 áreas reabilitadas no estado.

- **Áreas do BDA avaliadas, visando o cadastro de áreas contaminadas**

Foram priorizadas 35 áreas que foram declaradas como suspeitas de contaminação ou contaminadas para fiscalização das informações prestadas. Foram solicitados os estudos de investigação de áreas contaminadas para confirmação da contaminação e inserção no cadastro.

- **Fiscalizações de áreas contaminadas**

Foram realizadas 21 fiscalizações no âmbito do acompanhamento dos processos de gerenciamento de áreas contaminadas. Essas fiscalizações ocorreram sobretudo pela avaliação do cumprimento das etapas de gerenciamento de áreas contaminadas e dos requisitos técnicos das normas ABNT sobre o tema a partir de documentos dos processos.

- **Avaliação da qualidade do solo das Barragens em situação de emergência**

Em função da declaração de mudança de nível de emergência das barragens do estado, estas devem elaborar avaliação da qualidade do solo para servir de referência como condição natural. No ano de 2021 foram avaliados 33 relatórios.

- **Avaliação de processos de gerenciamento de áreas contaminadas - Processos SEI**

No ano de 2021 foram avaliados 681 processos SEI com documentos do gerenciamento de áreas contaminadas que foram protocolados pelos responsáveis por áreas contaminadas, sendo os mesmos respondidos por meio de ofícios, memorandos, relatórios técnicos, pareceres, etc de acordo com a especificidade.

5.6 Recuperação ambiental integrada

Fiscalizações e acompanhamento da recuperação das bacias do rio Doce e rio Paraopeba frente aos desastres de rompimento de barragens de rejeitos

No ano de 2021 foram realizadas pela 30 (trinta) fiscalizações pela Gerência de Recuperação Ambiental Integrada nas bacias do rio Doce (3 fiscalizações) e rio Paraopeba (27 fiscalizações), com o objetivo de monitorar e fiscalizar as ações da Fundação Renova e Samarco na bacia do rio Doce e da Vale S.A. na bacia do rio Paraopeba, que incluem obras de contenção de rejeitos, obras de bioengenharia e de recuperação de áreas degradadas.

No ano de 2021 foram emitidas 60 Notas Técnicas referentes a análise de estudos e relatórios protocolados pela Fundação Renova, Vale e outros atores no âmbito da recuperação ambiental das bacias do rio Doce e Paraopeba.

Acompanhamento da implementação do "Plano de Reparação Socioambiental da bacia do Rio Paraopeba" no ano de 2021

A reparação socioambiental da região impactada pelo desastre conta com ações de médio e longo prazo, contempladas no "Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Rio Paraopeba". O Plano contempla 4 Capítulos: diagnóstico pretérito (Capítulo 1); caracterização pós rompimento e avaliação de impactos (Capítulo 2); planos, programas e projetos de reparação (Capítulo 3) e metas e indicadores (Capítulo 4) que vem sendo discutidos e analisados pelo sistema desde outubro de 2019. Dentre os planos, programas e projetos de recuperação/reparação podemos citar: Plano de Manejo de Rejeitos; Plano de Educação Ambiental; Plano de Monitoramento de Fauna Aquática e Terrestre; Plano de Gerenciamento de Áreas Contaminadas; Plano de Recuperação do ribeirão Ferro-Carvão; Plano de Monitoramento da Qualidade do Ar e Plano de Monitoramento de Água e Sedimentos.

No ano de 2021, a análise referente aos Capítulos 1, 2 e 3 avançaram significativamente, com a emissão de diversas Notas Técnicas e a realização de reuniões entre o Sisema a Vale. Todas as ações e análises realizadas pelo Sisema na condução e implementação do "Plano de Reparação Socioambiental do rio Paraopeba" foram consolidadas em dois relatórios gerenciais (parcial e final) elaborados pela GERAL. A aprovação dos Capítulos 1 e 2 pelo Sisema está prevista para o primeiro semestre de 2022.

Importante reiterar que, independentemente da análise e aprovação dos Capítulos do Plano de Reparação, as ações de recuperação já estão ocorrendo e são acompanhadas pelo Sisema, conforme mencionado.

Ações para a repactuação do Acordo para a recuperação ambiental da bacia do rio Doce

Desde abril de 2021 foi iniciada negociação, mediada pelo Conselho Nacional de Justiça, de um processo de repactuação das medidas de recuperação e compensação da bacia do rio Doce.

Este processo foi iniciado em abril, com uma reunião convocada pelo Ministro Luiz Fux, Presidente do Conselho Nacional de Justiça, sendo na sequência, em junho, publicada uma Carta de Premissas para nortear a repactuação. A carta de premissas encontra-se disponível no link:

https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/07/Carta_1120695_Carta_de_Premissas_OFICIAL_CNJ_CNMP_1.pdf

Desde então, o Sisema coordenado pela Feam, em alinhamento com o Comitê-Pró Rio Doce (SEPLAG) e o Estado do ES vem analisando a situação atual dos programas, projetos e estudos socioambientais do TTAC, com a proposição de um novo modelo de gestão e governança ambiental, para subsidiar o Comitê Pró-Rio Doce nas rodadas de negociação com os demais atores. No último trimestre de 2021 foram realizadas aproximadamente 30 reuniões internas e externas para o Sisema discutir e apresentar o documento: “Relatoria Ambiental – Proposta de Repactuação para a Recuperação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e Zonas Costeira e Marinha”.

Caderno "Ações de Recuperação na bacia do Rio Doce - 6 Anos"

O Caderno de 6 Anos apresenta as principais ações realizadas e acompanhadas pelos órgãos do Sisema relativas à recuperação ambiental da bacia do rio Doce executadas pela Fundação Renova e Samarco, onde são pontuados os principais desafios, resultados já alcançados e percepções de atores importantes deste processo no Estado de Minas Gerais. O Caderno "Ações de Recuperação na bacia do Rio Doce - 6 Anos" pode ser acessado pelo link:

http://www.feam.br/images/stories/2021/RECUPERACAO_DOCE/caderno-6-anos-rio-doce.pdf

Todas as informações sobre a recuperação do rio Doce podem ser acessadas no site da Feam:

<http://www.feam.br/-recuperacao-ambiental-da-bacia-do-rio-doce>

Caderno "Ações de Recuperação na bacia do Rio Paraopeba - 3 Anos"

O “Caderno de 3 Anos” apresenta as principais ações realizadas e acompanhadas pelos órgãos do Sisema relativas à recuperação ambiental da bacia do rio Paraopeba executadas pela Vale, onde são pontuados os principais desafios, resultados já alcançados e percepções de atores importantes deste processo no Estado de Minas Gerais. O Caderno "Ações de Recuperação na bacia do Rio Paraopeba - 3 Anos" pode ser acessado pelo link: http://www.feam.br/images/stories/2022/RECUPERACAO_PARAOPEBA/Caderno_3_Anos_Final.pdf;

Todas as informações sobre a recuperação do rio Paraopeba podem ser acessadas no site da Feam: <http://www.feam.br/recuperacao-ambiental-da-bacia-do-rio-paraopeba>

5.7 Avaliação ambiental e desenvolvimento territorial

○ **Coordenação e Secretaria Executiva do Comitê Gestor da Avaliação Ambiental Integrada - AAI Hidrelétricas**

O Comitê Gestor da Avaliação Ambiental Integrada - AAI para empreendimentos hidrelétricos é constituído por representantes das entidades do Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema, sendo que o objetivo principal da AAI é de apoiar as decisões estratégicas de Governo no que se refere à implantação de novos empreendimentos hidrelétricos em Minas Gerais, por meio da avaliação dos impactos cumulativos de empreendimentos hidrelétricos propostos em bacias hidrográficas prioritárias neste Estado.

No ano de 2021, a Feam exerceu a Presidência e Secretaria Executiva do Comitê Gestor da Avaliação Ambiental Integrada - AAI Hidrelétricas, com a realização de 25 (vinte e cinco) reuniões ordinárias através de videoconferências. Além das reuniões ordinárias, também foram realizadas 11 (onze) reuniões paralelas entre a Coordenação e alguns membros do Comitê Gestor da AAI.

As principais ações do Comitê Gestor da Avaliação Ambiental Integrada - AAI Hidrelétricas foram:

- Acompanhamento dos Processos da AAI da bacia Suaçuí Grande e da AAI da bacia Paraúna, com a emissão de 13 (treze) Parecer Técnicos;
- Apoio nas discussões para publicação da Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 3.074, de 30 de abril de 2021 e da Deliberação Normativa Copam nº 243, de 24 de fevereiro de 2021
- Aprovação do Regimento Interno do Comitê Gestor - Deliberação nº 01/2021;
- Revisão do TR Padrão para elaboração dos estudos de AAI Hidrelétricas;
- Proposição de Termo de Independência do processo de AAI hidrelétricas;
- Integração (padronização e armazenamento) dos dados geoespaciais dos estudos concluídos de AAI Hidrelétricas (AAI Rio Araguari - UPGRH PN2, AAI Alto Paranaíba - UPGRH

PN1) e elaboração de fluxo de dados para apoio do Centro de Geotecnologias e Monitoramento Ambiental Territorial - GMAT na análise dos estudos de AAI.

Coordenação e Secretaria Executiva do Comitê Gestor do Zoneamento Ambiental Produtivo-ZAP

O Zoneamento Ambiental Produtivo (ZAP) é um instrumento de planejamento e gestão territorial para o uso sustentável dos recursos naturais pela atividade agrossilvipastoril no Estado de Minas Gerais, instituído pelo Decreto Estadual nº 46.650/2014. O acompanhamento do ZAP no estado é realizado por meio de um Comitê Gestor constituído por representantes de entidades do Governo estadual.

No ano de 2021, a Feam exerceu a Presidência e Secretaria Executiva do Comitê Gestor do ZAP, com a realização de 9 (nove) reuniões ordinárias através de videoconferências. As principais ações do Comitê Gestor do ZAP foram:

- A Coordenação do Comitê Gestor recebeu 12 formulários de inscrições para fins de elaboração de estudos de ZAP nas seguintes sub-bacias hidrográficas: ZAP do Ribeirão Ferro-Carvão; ZAP do Ribeirão Machadinho; ZAP do Rio São Lourenço; ZAP do Alto Rio Riachão; ZAP do Rio Preto; ZAP do Ribeirão do Lage; ZAP do Ribeirão Jequitibá; ZAP dos Córregos Riachão e Abelhas; ZAP do Ribeirão Machadinho; ZAP do Ribeirão dos Burros; ZAP do Ribeirão Espírito Santo; ZAP do Rio Paraopeba.
- Foram analisados 3 (três) estudos de ZAP e elaborados 5 (cinco) pareceres técnicos pelo Comitê Gestor do ZAP, sendo os estudos em análise: ZAP do Ribeirão Santana; ZAP do Ribeirão das Almas; ZAP do Ribeirão Entre-Ribeiros.
- Foi aprovado pelo Comitê Gestor apenas 1 (um) estudo de ZAP no ano de 2021, o ZAP do Ribeirão Santana, pertencente a bacia hidrográfica do Rio Araçuaí, compreendido no município de Felício dos Santos. A aprovação foi documentada através da Deliberação nº 19, de 09/03/2021.
- Encontra-se em elaboração o ZAP da bacia do rio Paraopeba, no âmbito do Acordo Judicial, entre a Vale S.A., o Estado de Minas Gerais, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG). O Comitê Gestor do ZAP acompanha a evolução do Processo junto a UFMG, responsável pela realização do estudo.

Acompanhamento do processo de Avaliação Ambiental Estratégica- AAE Mineração de Ferro em articulação com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Acompanhamento do processo licitatório para contratação de consultoria para desenvolvimento da Avaliação Ambiental Estratégica - AAE do setor de minério de ferro, em articulação com a Sede, no âmbito da Auditoria Operacional TCE nº 951.431 - Minério de Ferro. Para realização da Avaliação Ambiental Estratégica - AAE do setor de minério de ferro foi assinado Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário (TDCO) entre a Feam e a Sede, em março de 2020 (TDCO FEAM/SEDE 01/2020). A partir da assinatura do TDCO, a Feam e Sede avançaram na construção de Termo de Referência (TR) para nortear o processo de contratação da consultoria ambiental para elaboração da AAE.

O edital de licitação foi publicado no IOF em 05/05/2021, por meio do Processo de Compras nº 003/2021 – Concorrência nº 01/2021. O acompanhamento do Processo licitatório, ao longo de 2021, se deu por uma Comissão composta por servidores da Sede e Feam

Desde a publicação do edital de licitação, a Comissão de Acompanhamento vem realizando todas as atividades pertinentes ao processo licitatório, com a avaliação dos documentos encaminhados pelas empresas interessadas, com a realização de reuniões e emissão de relatórios. Ao final de 2021 (dezembro), o processo licitatório ainda se encontrava na fase de diligências para saneamento de pendências referentes a etapa da fase de Proposta Técnica. Espera-se que no primeiro quadrimestre de 2022, o processo licitatório seja concluído com a definição da empresa vencedora do processo para elaboração do estudo de Avaliação Ambiental Estratégica - AAE do setor de minério de ferro.

Ressalta-se que, no Acordo firmado entre a Vale e o Estado de Minas Gerais em decorrência do desastre do rompimento da Barragem B-I em Brumadinho em fevereiro de 2021, foi incluído recurso para elaboração da AAE Minério de Ferro. Desta maneira, está sendo avaliado pela Feam e Sede a rescisão do TDCO entre Feam e Sede, a ser concluída em 2022.

Avaliação do estudo de Avaliação de Impactos Cumulativos -AIC Descaracterização de Barragens

A Geaad/Feam ao longo do ano de 2021 acompanhou a realização do estudo “Avaliação Ambiental Integrada (AAI) das Obras de Descaracterização de Barragens Alteadas pelo Método a Montante no Estado de Minas Gerais”, realizado pela Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE/USP), disponível no link: <http://www.feam.br/avaliacao-ambiental-e-gestao-do-territorio/-avaliacao-ambiental-integrada-aai-das-obras-de-descaracterizacao-de-barragens-alteadas-pelo-metodo-a-montante-no-estado-de-minas-gerais>

Para apoiar a elaboração do estudo foi realizada consulta pública, coordenada pela GEAAD, do período de 13 a 27 de maio de 2021, com a realização de reunião pública no dia 19 de maio de 2021, de 18:30 às 21:30.

A GEAAD emitiu a Nota Técnica GEAAD 11/2021 de 30/12/2021, com a avaliação do estudo elaborado pela FDTE/USP, sendo elencados 16 encaminhamentos de como as recomendações e resultados do estudo podem ser utilizados pelo Sisema e por outras Secretarias de Estado.

Termo de Referência Estudos de Ruptura Hipotética para Barragens

O CGMAT em articulação com a Gerência de Recuperação de Áreas de Mineração e Gestão de Barragens (Geram) elaborou Termo de Referência apresentando os requisitos, premissas e o conteúdo mínimo para elaboração dos estudos hipotéticos de rupturas de barragens e seus respectivos cenários de mancha de inundação, em cumprimento às determinações da Política Estadual de Segurança de Barragens (Lei nº 23.291/2019), a ser apresentado a Feam. As especificações indicadas nesse Termo permitem que os responsáveis pela segurança das barragens apresentem, de forma tecnicamente adequada, os estudos dos cenários de rupturas e os mapas com a mancha de inundação obtidos pela simulação. Ao mesmo tempo, a padronização possibilitar a avaliação de conformidade pelos analistas da Feam.

O TR foi publicado em março de 2021 e pode ser acessado no link: http://feam.br/images/stories/2020/AVALIACAO_AMBIENTAL/TR_Estudo_Ruptura_Barragens_vFinal.pdf

Desenvolvimento do POP CGMAT/NEA contaminação de recursos hídricos por acidentes ambientais

No ano de 2021, o CGMAT em articulação com o NEA/Geamb da Feam executou protocolos operacionais de suporte técnico na área de geotecnologias, sensoriamento remoto e modelagem hidrodinâmica no atendimento aos acidentes e emergências ambientais decorrentes do risco de rompimento de reservatórios (água ou resíduo/rejeito) e do transporte de produtos perigosos em Minas Gerais (Protocolos Operacionais Padrão – POP). Este POP foi acionado em dois acidentes no ano de 2021, sendo o primeiro no município de Caratinga,

em janeiro, com o risco de rompimento de barragem de água com impacto na comunidade de Portelinha, a cerca de 1 km do barramento, devido ao período chuvoso. O segundo foi no município de Betim, em um extravasamento de água de uma barragem irregular localizada em área particular no Bairro Duque de Caxias, em Betim (Grande BH), em fevereiro de 2021.

As informações sobre os protocolos podem ser acessadas no site da Feam: <http://www.feam.br/avaliacao-ambiental-e-gestao-do-territorio/centro-de-geotecnologias-e-monitoramento-ambiental-territorial>

Estudo para avaliação de estratégias de integração do Zoneamento Ambiental Produtivo-ZAP a outros processos e instrumentos do Sistema Estadual do Meio Ambiente – Sisema

Foi desenvolvido estudo para avaliar potenciais resultados e identificar, em articulação com outras áreas do Sisema, estratégias de integração do ZAP a outros processos e instrumentos. Os resultados desse estudo indicaram diretrizes para a elaboração de proposta de aprimoramentos do ZAP, de modo a aumentar sua aderência com processos e instrumentos-chave do Sisema.

A análise foi baseada a partir do diagnóstico atual do instrumento; aplicação de um formulário para servidores do Sisema para avaliar o nível de conhecimento dos mesmos quanto ao ZAP; realização de reuniões e produção de testes de integração com modelos e ferramentas de mapeamento de serviços ecossistêmicos. Uma primeira avaliação foi apresentada sendo que em 2022, a avaliação será continuada pela GEAAD.

5.8 Prevenção e emergência ambiental

Atendimento de acidentes e emergências ambientais no Estado de Minas Gerais

No ano de 2021 foram comunicadas ao Núcleo de Emergência Ambiental (NEA/Feam) 440 ocorrências de acidentes e emergências ambientais, registradas no site da Feam (<http://www.feam.br/component/content/article/15/2082-acidentes-ambientais-antecedentes>). Para todos os acidentes comunicados, independente de vistoria, o NEA avalia o cenário acidental e o potencial de dano ambiental, definindo medidas a serem adotadas junto

ao empreendedor e outros atores intervenientes no atendimento, com vistas à recuperação da área atingida e disposição adequada dos resíduos gerados no acidente.

Em relação as vistorias, foram realizadas 286 fiscalizações em campo pelo NEA/Feam, respeitando as restrições da Covid – 19.

○ **Convênio Ministério do Meio Ambiente/FEAM - Fortalecimento da Comissão Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Perigosos - CE P2R2 Minas**

Com objetivo de fortalecer a Comissão Estadual P2R2 em Minas Gerais e desenvolver uma ação integrada na prevenção, preparação e resposta rápida às emergências ambientais com produtos perigosos, foi firmado convênio entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Semad mediante assinatura do Termo de Convênio nº 812650/2014 em 22/12/2014. Em abril de 2020 este Convênio foi sub-rogado para a Feam, sendo que na data de 24/12/2021, o Convênio nº 812650/2014 FEAM/MMA foi aditado com prorrogação de vigência para 22/12/2022, para viabilizar a execução integral das metas do Plano de Trabalho e atingir o objetivo do Convênio.

Entre janeiro e outubro de 2021 foram adquiridas 3 viaturas tipo caminhonetes para serem utilizadas pela equipe do Núcleo de Emergência Ambiental (NEA/GEAMB) da Feam no atendimento e fiscalização de acidentes ambientais com produtos perigosos, e também foram adquiridos 40 (quarenta) kits de Uniforme Completo (camisa, calça e jaqueta), para serem utilizadas no atendimento e fiscalização de acidentes ambientais com produtos perigosos.

Além da aquisição das caminhonetes e uniformes, durante o ano de 2021, a Feam avançou na construção dos processos licitatórios para aquisição de diversos EPIS e uma série de equipamentos, como drones, detectores de gases e kits calibração; treinamentos para as instituições da CE P2R2 e mapeamento de áreas de risco de acidentes ambientais no estado de Minas Gerais. Com a realização destas licitações, a Feam terá um fortalecimento institucional e um aperfeiçoamento do atendimento a acidentes e emergências ambientais no estado de Minas Gerais.

○ **Relatório Anual de Coordenação da Comissão CE P2R2 Minas**

A Comissão Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Perigosos – CEP2R2 MINAS foi estabelecida pelo Decreto Estadual

nº 45.231/2009 e posteriormente revogada para o Decreto nº 47.629/2019, que tem por finalidade deliberar sobre diretrizes, políticas, normas regulamentares e técnicas, padrões e outras medidas de caráter operacional. Estabelecendo ações de forma integrada, visando à otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros.

No ano de 2021, a Feam exerceu a Presidência e Secretaria Executiva da CE P2R2 Minas, com a realização de 09 (nove) reuniões ordinárias (68ª a 76ª reunião ordinária) – disponibilizadas no site da Feam: <https://drive.google.com/drive/folders/1gSNLNioKp-3DIqNv1XlqPXxek-b6pfGN?usp=sharing>, onde foram debatidas formas de aprimorar e reduzir o tempo de resposta aos atendimentos à acidentes e emergências ambientais envolvendo produtos e resíduos perigosos. Foi criado o Comitê Técnico “Elaboração de Termo de Referência para Plano de Ação de Emergência (PAE) de Acidentes Rodoviários”, com a realização de nove reuniões, com a elaboração da minuta do Termo de Referência a ser aprovado pelos membros da CE P2R2 Minas para posteriormente ser debatido em consulta pública.

- **Realização de Seminário de Emergência Ambiental**

Nos dias 05 e 06 de outubro, foi realizado o “12º Seminário de Emergência Ambiental - Ano 2021” em formato online, transmitido ao vivo pelo YouTube Meio Ambiente Minas Gerais, tendo como tema: “Gestão de Riscos e Emergências Ambientais: Desafios em Inovação e Acesso a Tecnologias” e como objetivo a reflexão sobre a importância do gerenciamento de riscos adequado e participativo, que estimule a antecipação de soluções, evitando danos à saúde física e mental das pessoas e do meio ambiente e ao futuro das comunidades. Todas as apresentações estão disponíveis no sítio eletrônico da FEAM e podem ser acessadas através do link: <http://feam.br/prevencao-e-emergencia-ambiental/seminario-emergencia-ambiental>.

- **Treinamento PM MG - Trilhas do Saber**

Foi realizado treinamento para policiais militares lotados na Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente (PMMamb) e Polícia Militar Rodoviária (PMRv) à distância, conforme cronograma estabelecido conjuntamente com a PMMG, que desempenham atividades de fiscalização de meio ambiente em face ao convênio de delegação de poder de polícia administrativa Sisema e PMMG, com o objetivo de capacitar os militares para atendimento a acidentes e emergências ambientais no estado de Minas Gerais.

O treinamento ocorreu por meio da Plataforma Trilhas do Saber (<http://trilhasdosaber.meioambiente.mg.gov.br/>) no formato EAD. O treinamento ocorreu em

duas turmas de 40 policiais cada, sendo (20 PMMamb e 20 PMRv) com início em 03/11/2021 e término em 31/12/2021.

6 Atendimento às exigências contidas na DN TCEMG nº 01/2022

6.1. Execução do Programa de Trabalho do Governo

Conforme dados do “Demonstrativo do Programa de Trabalho do Governo por Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades”, seguem os valores executados por Ação no exercício de 2021.

Função 04 – Administração Subfunção 122 – Administração Geral Programa 705 – Apoio às Políticas Públicas	
ATIVIDADE	AÇÃO
R\$19.190.865,50	2500 – Assessoramento e Gerenciamento de Políticas Públicas

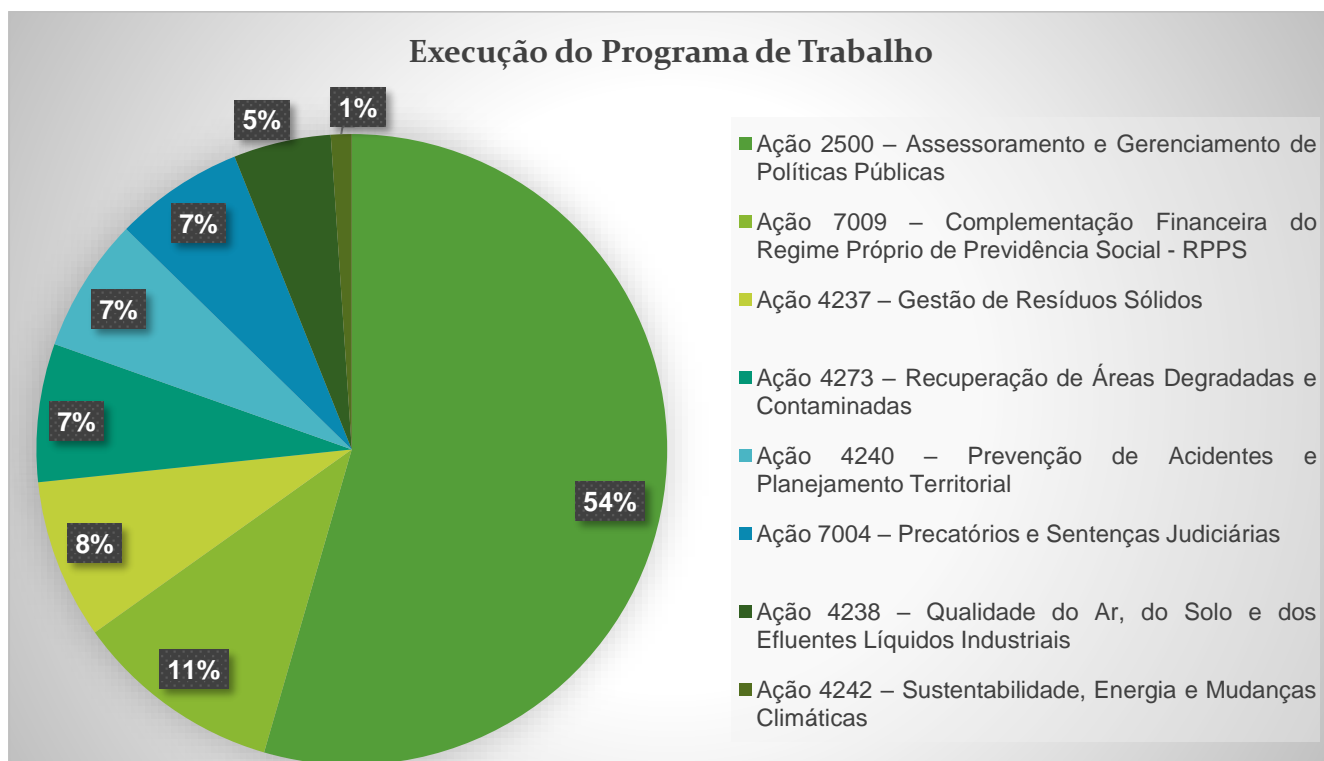
Função 18 – Gestão Ambiental Subfunção 541 – Preservação e Conservação Ambiental Programa 098 – Qualidade Ambiental	
ATIVIDADE	AÇÃO
R\$ 2.884.287,40	4237 – Gestão de Resíduos Sólidos
R\$ 1.760.152,38	4238 – Qualidade do Ar, do Solo e dos Efluentes Líquidos Industriais
R\$2.427.109,97	4240 – Prevenção de Acidentes e Planejamento Territorial

Função 18 – Gestão Ambiental Subfunção 541 – Preservação e Conservação Ambiental Programa 102 – Recuperação de Áreas Degradadas e Contaminadas	
ATIVIDADE	AÇÃO
R\$2.494.745,48	4273 – Recuperação de Áreas Degradadas e Contaminadas

Função 18 – Gestão Ambiental Subfunção 542 – Controle Ambiental Programa 098 – Qualidade Ambiental	
ATIVIDADE	AÇÃO
R\$ 375.211,62	4242 – Sustentabilidade, Energia e Mudanças Climáticas

Função 28 – Encargos Especiais Subfunção 846 – Outros Encargos Especiais Programa 705 – Apoio às Políticas Públicas	
PROJETO	AÇÃO
R\$2.332.969,94	7004 – Precatórios e Sentenças Judiciais
R\$3.756.390,49	7009 – Complementação Financeira do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

A comparação da distribuição dos valores executados por Ação no exercício de 2021 pode ser visualizada no gráfico a seguir.



Os indicadores de eficiência, eficácia ou efetividade sobre a execução do Programa de Trabalho, por meio do cumprimento das metas físicas e financeiras, demonstrando sobre a implementação da ação governamental, são apresentados a seguir na resposta ao item 6.3. Os esclarecimentos e as causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos para o Programa de Trabalho são apresentados abaixo no item 6.2.

6.2. Disfunções que prejudicaram as ações programadas

A situação de calamidade financeira do Estado de Minas Gerais foi oficializada desde o Decreto Estadual 47.101/2016. Além da crise financeira preexistente, em março de 2020 foi reconhecido o estado de calamidade pública em razão dos impactos socioeconômicos e financeiros decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus COVID-19, no âmbito de todo o território do Estado, nos termos do Decreto Estadual 47.891 de 20/03/2020. As ações de emergência em saúde pública desencadearam impactos significativos na execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil na administração pública estadual.

A Lei Orçamentária Anual – LOA – Lei Estadual 23.751 de 30/12/2020 publicada em 31/12/2020 estimou as receitas e fixou as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2021. O Decreto de Programação Orçamentária – DPO – Decreto Estadual 48.132 de 29/01/2021 publicado em 30/01/2021 dispôs sobre o planejamento

orçamentário, as projeções de disponibilidade financeira do caixa do Tesouro Estadual e os limites para empenho de despesas.

O estado de calamidade pública denota uma situação excepcional, em que foram definidas prioridades para garantir meios de combater a Pandemia do COVID-19, impactando o planejamento e execução do orçamento da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM. Em função da contingência de recursos financeiros, os cronogramas financeiros da Fundação foram prejudicados, repercutindo nos cronogramas de execução das ações programadas, não sendo possível o alcance de todas as metas físicas.

O orçamento da FEAM, considerando o crédito autorizados (LOA 2021) foi contingenciado em 88%, considerando as despesas do Grupo 3 – Outras Despesas Correntes e 46% considerando as despesas do GRUPO 4 - Investimentos com procedência 1.

CONTIGENCIAMENTO ORÇAMENTÁRIO 2021							
Grupo de Despesa	I	F	P	Crédito Autorizado	Limite DPO	Corte DPO	%
3 - Outras Despesas Correntes (Custeio)	0	52	1	8.314.947	237.825,00	8.077.122	88%
	0	60	1	5.540.232	100.000,00	5.440.232	
	0	72	1	3.780.912,00	2.703.607,00	1.077.305,00	
	0	91	1	94.500,00	0,00	94.500,00	
Subtotal				17.730.591	3.041.432	14.594.659	
	0	52	1	6.144.053	3.486.864	2.657.189	46%
	0	60	1	25.947	25.947	0	
Subtotal				6.170.000	3.512.811	2.871.571	
Total				23.900.591	6.554.243	25.870.675	78%

Fonte:Elaboração FEAM/GECOF

6.3. Execução dos Programas e Ações do Governo

A Lei 23.578 de 15/01/2020 publicada em 16/01/2020 instituiu o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG para o quadriênio 2020-2023. Os dados de programação e execução física e financeira dos Programas e Ações governamentais da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM são computados no “Relatório de Execução Orçamentária do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN 2021”.

A seguir são demonstradas as informações das metas físicas e financeiras da Fundação, com o comparativo dos valores previstos e realizados no exercício de 2021, os percentuais de desempenho e as justificativas.

Programa 098 – Qualidade Ambiental Ação 4237 – Gestão de Resíduos Sólidos Produto: Fiscalizações de barragens – Unidade de Medida: Unidade							
	Meta PPAG Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada Crédito Autorizado (B)	Programado Jan a Dez (C)	Realizado Jan a Dez (F)	Realizado / Meta PPAG (F/A)	Realizado / Meta Reprogramada (F/B)	Realizado / Programado (F/C)
Físico	450	436	450	425	94,44 %	97,48 %	94,44 %
Financeiro	16.413.774,00	13.815.671,00	16.413.774,00	2.884.284,40	17,57 %	20,88 %	17,57 %

Justificativa de Desempenho: status orçamentário crítico considerando o orçamento aprovado na LOA 2021. Houve a limitação de gastos imposta pelo Decreto de Programação Orçamentária – DPO.

Programa 098 – Qualidade Ambiental Ação 4238 – Qualidade do Ar, do Solo e dos Efluentes Líquidos Industriais Produto: Estudo de dispersão atmosférica analisado – Unidade de Medida: Unidade							
	Meta PPAG Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada Crédito Autorizado (B)	Programado Jan a Dez (C)	Realizado Jan a Dez (F)	Realizado / Meta PPAG (F/A)	Realizado / Meta Reprogramada (F/B)	Realizado / Programado (F/C)
Físico	25	24	25	26	104 %	108,33 %	104 %
Financeiro	3.036.617,00	3.636.617,00	3.036.617,00	1.760.152,38	57,96 %	48,4 %	57,96 %

Justificativa de Desempenho: status orçamentário crítico considerando o orçamento aprovado na LOA 2021. Houve a limitação de gastos imposta pelo Decreto de Programação Orçamentária – DPO.

Programa 098 – Qualidade Ambiental Ação 4240 – Prevenção de Acidentes e Planejamento Territorial Produto: Ações de desenvolvimento de instrumento de gestão, recuperação e planejamento territorial e de prevenção de acidentes ambientais – Unidade de Medida: Unidade							
	Meta PPAG Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada Crédito Autorizado (B)	Programado Jan a Dez (C)	Realizado Jan a Dez (F)	Realizado / Meta PPAG (F/A)	Realizado / Meta Reprogramada (F/B)	Realizado / Programado (F/C)
Físico	50	62	50	75	150 %	120,97 %	150 %
Financeiro	5.699.733,00	7.924.302,70	5.699.733,00	2.427.109,97	42,58 %	30,63 %	42,58 %

Justificativa de Desempenho: o resultado na faixa de 150% da meta física desta ação se justifica pelo elevado número de documentos técnicos demandados da Gerência de Avaliação Ambiental e Desenvolvimento Territorial, com destaque para aqueles elaborados no âmbito do comitê de Avaliação Ambiental Integrada (AAI) de hidrelétricas e do comitê gestor do Zoneamento Ambiental Produtivo (ZAP).

Programa 098 – Qualidade Ambiental

Ação 4242 – Sustentabilidade, Energia e Mudanças Climáticas							
Produto: Estudo e projeto elaborado – Unidade de Medida: Estudo / Projeto							
	Meta PPAG Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada Crédito Autorizado (B)	Programado Jan a Dez (C)	Realizado Jan a Dez (F)	Realizado / Meta PPAG (F/A)	Realizado / Meta Reprogramada (F/B)	Realizado / Programado (F/C)
Físico	6	6	6	7	116,67 %	116,67 %	116,67 %
Financeiro	700.750,00	900.764,00	700.750,00	375.211,62	53,54 %	41,65 %	53,54 %

Justificativa de Desempenho: status orçamentário crítico considerando o orçamento aprovado na LOA 2021. Houve a limitação de gastos imposta pelo Decreto de Programação Orçamentária – DPO.

Programa 102 – Recuperação de Áreas Degradadas e Contaminadas							
Ação 4273 – Recuperação de Áreas Degradadas e Contaminadas							
Produto: Áreas degradadas/contaminadas, recuperadas/reabilitadas em MG – Unidade de Medida: Unidade							
	Meta PPAG Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada Crédito Autorizado (B)	Programado Jan a Dez (C)	Realizado Jan a Dez (F)	Realizado / Meta PPAG (F/A)	Realizado / Meta Reprogramada (F/B)	Realizado / Programado (F/C)
Físico	56	54	56	55	98,21 %	101,85%	98,21 %
Financeiro	6.900.339,00	10.103.112,88	6.900.339,00	2.494.745,48	36,15 %	24,69 %	36,15 %

Justificativa de Desempenho: status orçamentário crítico considerando o orçamento aprovado na LOA 2021. Houve a limitação de gastos imposta pelo Decreto de Programação Orçamentária – DPO.

Programa 705 – Apoio às Políticas Públicas							
Ação 2500 – Assessoramento e Gerenciamento de Políticas Públicas							
Produto: Ação de apoio à gestão institucional realizada – Unidade de Medida: Ação							
	Meta PPAG Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada Crédito Autorizado (B)	Programado Jan a Dez (C)	Realizado Jan a Dez (F)	Realizado / Meta PPAG (F/A)	Realizado / Meta Reprogramada (F/B)	Realizado / Programado (F/C)
Físico	1	1	1	1	100 %	100 %	100 %
Financeiro	20.108.789,00	21.257.958,00	20.108.789,00	19.190.865,50	95,44 %	90,28 %	95,44 %

Justificativa de Desempenho: a execução orçamentária foi impactada pelo Decreto de Contingenciamento.

Programa 705 – Apoio às Políticas Públicas							
Ação 7004 – Precatórios e Sentenças Judiciais							
Produto: Precatório/RPV pago – Unidade de Medida: Unidade							
	Meta PPAG Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada Crédito Autorizado (B)	Programado Jan a Dez (C)	Realizado Jan a Dez (F)	Realizado / Meta PPAG (F/A)	Realizado / Meta Reprogramada (F/B)	Realizado / Programado (F/C)
Físico	7	5	7	7	100 %	140 %	100 %
Financeiro	1.448.405,00	2.948.405,00	1.448.405,00	2.332.969,94	161,07 %	79,13 %	161,07 %

Justificativa de Desempenho: a execução orçamentária desta ação é de responsabilidade da FEAM, no entanto realizamos esta execução sob demanda da Advocacia Geral do Estado – AGE/MG. No último bimestre foram encaminhados vários precatórios.

Programa 705 – Apoio às Políticas Públicas 7009 – Complementação Financeira do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS Produto: Aporte realizado – Unidade de Medida: R\$ Mil							
	Meta PPAG Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada Crédito Autorizado (B)	Programado Jan a Dez (C)	Realizado Jan a Dez (F)	Realizado / Meta PPAG (F/A)	Realizado / Meta Reprogramada (F/B)	Realizado / Programado (F/C)
Físico	1	1	1	1	100 %	100 %	100 %
Financeiro	7.524.652,00	7.524.652,00	7.524.652,00	3.756.390,49	49,92 %	49,92 %	49,92 %

Justificativa de Desempenho: o repasse dos recursos ao Fundo Financeiro de Previdência – FFP/MG é de responsabilidade da FEAM, no entanto os valores são definidos pela folha de pagamento de pessoal inativo cuja gestão é de competência da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG/MG. No exercício de 2021, os valores definidos na folha de pagamento de pessoal inativo da FEAM tiveram decréscimo.

6.4. Relatório Circunstanciado com Parecer do Dirigente Máximo

A Feam não executou servidos descentralizados junto a entidades do terceiro setor, conforme o disposto na Lei Estadual nº 23.081, de 10/08/2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências.

6.5. Demonstração sobre Financiamento Nacional e Internacional

No âmbito da FEAM, temos o Convênio nº 812650/2014, firmado com o Ministério do Meio Ambiente - MMA, por intermédio da sua Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais - SEMAD, tem como objetivo o fortalecimento da Comissão Estadual P2R2 em Minas Gerais e o desenvolvimento de uma ação integrada na prevenção, preparação e resposta rápida às emergências ambientais com produtos perigosos.

Para alcançar os objetivos do Convênio nº 812650/2014, o Plano de Trabalho é composto por metas, etapas e fases, prevendo entre outros: a aquisição de equipamentos e materiais; capacitações para os membros da CE P2R2 Minas Gerais e o mapeamento de riscos com acidentes ambientais no Estado de Minas Gerais.

RESUMO DE EXECUÇÃO DO CONVÊNIO							
META	ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	RECURSOS				
			CONCEDENTE	CONVENIENTE	RENDIMENTOS	TOTAL	VALOR UTILIZADO
1 e 4	1.3	449052	R\$ 529.250,00			R\$ 529.250,00	R\$ 338.340,00
		339030	R\$ 618.571,95	R\$ 232.300,75		R\$ 850.872,70	R\$ 10.320,00
2	2.1	339039	R\$ 610.721,71	R\$ 236.447,00		R\$ 847.168,71	
3	3.1	339039	R\$ 525.450,49			R\$ 525.450,49	
	3.2	339039		R\$ 102.258,00		R\$ 102.258,00	
4		449052			R\$ 129.696,00	R\$ 129.696,00	R\$ 106.229,97
5		449052			R\$ 226.720,67	R\$ 226.720,67	
			R\$ 2.283.994,15	R\$ 571.005,75	R\$ 356.416,67	R\$ 3.211.416,57	R\$ 454.889,97

6.6. Informações sobre a Gestão, Planejamento Organizacional e Resultados

As informações sobre gestão, planejamento e resultados no exercício de 2021 constam nos capítulos 2, 3, 4 e 5 deste Relatório de Gestão.

6.7. Despesa de Exercícios Anteriores

A composição e evolução das Despesas de Exercícios Anteriores – DEA nos últimos dois anos pode ser demonstrada pelo quadro comparativo a seguir.

CREDOR	PROCESSO SEI	ANO DE ORIGEM	ANO DE PAGAMENTO	
			2020	2021
Eventuais de Gabinete	2090.01.0004504/2019-13	2019	R\$ 489,28	-
Diárias de Viagens	2090.01.0003902/2019-68	2019	R\$ 98,42	-
Diárias de Viagens	2090.01.0000368/2021-32	2020	-	R\$ 136,50
MGS - Minas Gerais Administração e Serviços	2090.01.0000359/2021-81	2020	-	R\$ 980,55
Claro S.A.	2090.01.0002940/2021-40	2020	-	R\$ 69,05
TOTAL			R\$ 587,70	R\$ 1.186,10

No exercício de 2020, ocorreram dois processos de pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores – DEA, conforme descrito a seguir.

Conforme o processo SEI 2090.01.0004504/2019-13, o reembolso de despesas de Eventuais de Gabinete foi solicitado em 19/12/2019 acompanhado das Notas Fiscais das despesas e do Atestado de Recebimento para Execução Financeira. Considerando a data limite até 06/12/2019 para emissão de despesas, prazo estabelecido pelo art. 9º do Decreto Estadual 47.755/2019, não foi possível empenhar a despesa no exercício, pois a despesa ocorreu em 11/12/2019. A liquidação da despesa oriunda de Restos a Pagar Não Processados – RPNP

ocorreu em 22/04/2020 e o pagamento foi efetivado em 06/05/2020.

Conforme o processo SEI 2090.01.0003902/2019-68, as despesas referentes a Adiantamentos de Viagem de servidor em 2019 foram objeto de solicitação de reembolso em 2020, porque não foi possível empenhar a despesa no exercício anterior por falta de atestes nos documentos das despesas até a data de fechamento do sistema SIAFI para encerramento do exercício 2019. O Atestado de Recebimento para Execução Financeira foi concluído em 18/12/2019, a liquidação da despesa oriunda de Restos a Pagar Não Processados – RPNP ocorreu em 12/03/2020 e o pagamento foi efetivado em 31/03/2020.

No exercício de 2021, ocorreram três processos de pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores – DEA, conforme descrito a seguir.

Conforme o processo SEI 2090.01.0000368/2021-32, as despesas referentes a Diárias de Viagem realizada por servidor foram objeto de solicitação de reembolso em 2021, porque ocorreu um erro de registro no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP/MG que não foi sanado a tempo de realizar o pagamento em 2020. O Decreto 48.080/2020, art 5º, § 3º não permitiu a inscrição de saldos de empenhos de diárias de viagens em Restos a Pagar Não Processados – RPNP. O empenho foi realizado em 06/05/2021 no SIAFI.

Conforme o processo SEI 2090.01.0000359/2021-81, a Nota Fiscal 25446/2020 da MGS – Minas Gerais Administração e Serviços que não foi quitada em sua totalidade, devido à apuração de quantidade de determinado item de material do contrato. O empenho do valor da diferença a pagar ocorreu em 19/02/2021, a liquidação em 23/02/2021 e o pagamento em 01/03/2021.

Conforme o processo SEI 2090.01.0002940/2021-40, as faturas de serviços de telefonia móvel e modem da Claro S.A, competências setembro/2020 e outubro/2020, não foram quitadas à época de emissão, porque foram objeto de contestação por suspeita de cobrança a maior, por isso não tendo sido empenhadas no exercício de 2020. O empenho ocorreu em 28/05/2021, a liquidação em 31/05/2021 e os pagamentos em 02/06/2021.

7 Sustentabilidade Ambiental

A Feam, como entidade integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente - Sisema, busca em suas aquisições de bens e serviços alcançar os quesitos de sustentabilidade ambiental, conforme disposição expressa nas legislações vigentes, de forma a eliminar ou reduzir impactos causados ao meio ambiente.

De modo geral é dada preferência à aquisição dos produtos com menos consumo de matéria-prima e maior conteúdo de material reciclável, exige-se certificação ambiental por parte das empresas participantes dos processos licitatórios, dá-se preferência nas aquisições de bens e produtos reciclados, bem como aos passíveis de reutilização, buscando o equilíbrio entre a economicidade e a redução do impacto ambiental.

Na busca pela redução dos danos causados ao meio ambiente pelo excesso de lixo produzido e pela exploração exagerada dos recursos naturais, a Fundação adota ações preventivas, tais como:

- redução;
- reutilização;
- reciclagem.

Da mesma forma, visando alcançar a sustentabilidade no ciclo de vida dos produtos adquiridos, a Feam considera como critério de redução de resíduos poluentes o descarte sustentável de forma correta. Como exemplo, cita-se o descarte sustentável para equipamentos de informática, tais como computadores e notebooks, impressoras e afins que se dão em consonância com as definições estipuladas no Decreto nº 45.242, de 11 de dezembro de 2009, que regulamenta a gestão de material para o Poder Executivo do Estado.

8 Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

8.1 Resumo da Situação Financeira Contábil

A Fundação Estadual do Meio Ambiente possui disponíveis recursos financeiros no Ativo Circulante que suportam as obrigações de curto prazo do Passivo Circulante, de acordo o Balanço Patrimonial conforme demonstrado com os saldos das contas contábeis apresentadas a seguir, em quadro comparativo dos valores nos exercícios de 2018 a 2021.

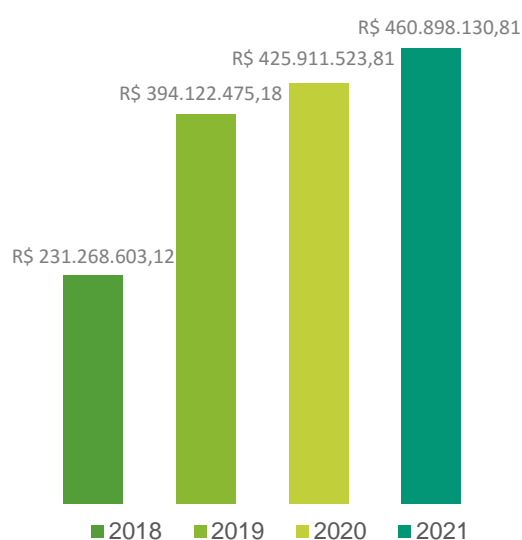
RECURSOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS NO ATIVO CIRCULANTE					
CONTA CONTÁBIL		SALDO FINAL 2018	SALDO FINAL 2019	SALDO FINAL 2020	SALDO FINAL 2021
1.1.1.1.1.01	Caixa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
1.1.1.1.1.02	Bancos Conta Movimento	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.228.499,06	R\$ -
1.1.1.1.1.09	Recursos Bloqueados / Indisponíveis – Instituição Financeira	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 23.275,74
1.1.1.1.1.10	Aplicações Financeiras	R\$ -	R\$ -	R\$ 816,42	R\$ 5.098.854,76
1.1.1.1.2.01.01	Recursos de Contas Arrecadoras	R\$ 1.924,56	R\$ 4.143,60	R\$ -	R\$ -
1.1.1.1.2.01.02	Contas de Movimentação Interna - CMI	R\$ 231.250.122,72	R\$ 393.583.388,68	R\$ 421.632.841,65	R\$ 455.422.097,13
1.1.3.8.2.01	Crédito Financeiro a Receber - Unidade Financeira Central	R\$ 16.555,84	R\$ 534.942,90	R\$ 2.049.366,68	R\$ 353.903,18
1.1.3.8.2.02	Crédito Financeiro a Receber - Unidade Financiadora do Gasto	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL		R\$ 231.268.603,12	R\$ 394.122.475,18	R\$ 425.911.523,81	R\$ 460.898.130,81
PASSIVO FINANCEIRO CIRCULANTE DE CURTO PRAZO					
CONTA CONTÁBIL		SALDO FINAL 2018	SALDO FINAL 2019	SALDO FINAL 2020	SALDO FINAL 2021
2.1.1	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R\$ 2.545.904,11	R\$ 1.857.627,44	R\$ 1.887.917,44	R\$ 1.219.325,88
2.1.2.1.1.01.02	Amortização Dívida Contratual / Outras Dívida	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2.1.3.1.1.01	Fornecedores e Contas a Pagar	R\$ 10.372.585,22	R\$ 2.544.568,34	R\$ 563.973,31	R\$ 64.507,51
2.1.8.8.1	Valores Restituíveis - Consolidação	R\$ 2.274.801,76	R\$ 470.447,48	R\$ 101.115,91	R\$ 254.975,80
2.1.8.9.1.01	Investimentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2.1.8.9.1.02	Inversões Financeiras	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2.1.8.9.1.88	Outras Obrigações a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.3.8.1	Restos a Pagar não Processados	R\$ 1.223.182,96	R\$ 834.148,43	R\$ 526.595,66	R\$ 55.914,70
TOTAL		R\$ 16.416.474,05	R\$ 5.706.791,69	R\$ 3.079.602,32	R\$ 1.594.723,89

No final de 2021, o saldo de R\$460.898.130,81 dos Recursos Financeiros Disponíveis no Ativo Circulante foi 8,21% maior que o saldo de R\$425.911.523,81 em 2020, 16,94% maior que o saldo de R\$394.122.475,18 em 2019 e 99,29% maior que o saldo de R\$231.268.603,12 em 2018.

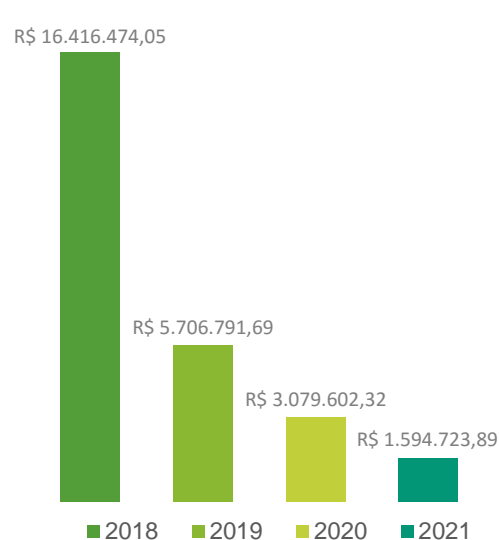
No final de 2021, o saldo de R\$1.594.723,89 do Passivo Financeiro Circulante de Curto Prazo foi 48,22% menor que o saldo de R\$ 3.079.602,32 em 2020, 72,06% menor que o saldo de R\$5.706.791,69 em 2019 e 90,29% menor que o saldo de R\$16.416.474,05 em 2018.

Enquanto houve aumento nos recursos financeiros disponíveis, ocorreu redução nas obrigações a pagar no curto prazo, ao longo dos exercícios de 2018 a 2021. Essa evolução do Ativo Financeiro Circulante e do Passivo Financeiro Circulante é apresentada no gráfico a seguir.

Ativo Financeiro Circulante

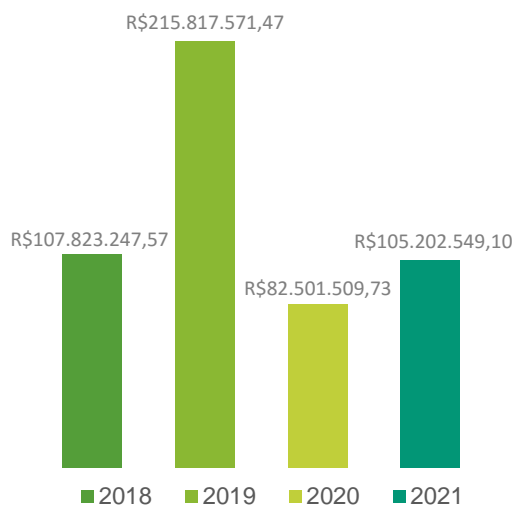


Passivo Financeiro Circulante



Os totais das receitas arrecadadas pela FEAM constam no “*Balanço Financeiro*”. O valor da arrecadação foi R\$105.202.549,10 em 2021, R\$82.501.509,73 em 2020, R\$215.817.571,47 em 2019 e R\$107.823.247,57 em 2018, conforme o gráfico a seguir.

Receitas Arrecadadas



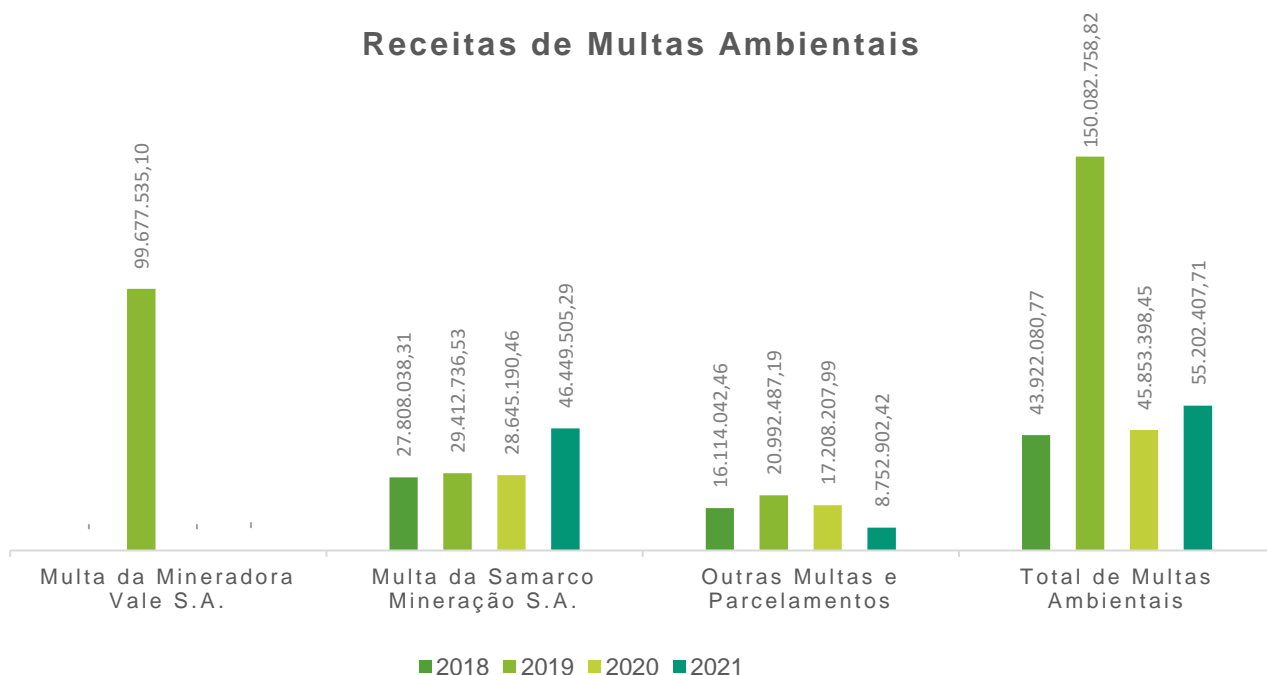
O incremento significativo de receitas em 2019 em comparação com os outros exercícios ocorreu, principalmente, devido ao recebimento de R\$99.677.535,10, em 28/02/2019, referente a multa por infração ambiental oriunda do desastre em barragem de rejeitos de minérios da Vale S.A. em Brumadinho/MG.

Além da multa gerada para a mineradora Vale, foi aplicada multa para a Samarco Mineração S.A., vinculada ao desastre ambiental causado por barragem de rejeitos minerários em Bento Gonçalves/MG. A multa da Samarco foi parcelada gerando arrecadação mensal no valor de aproximadamente R\$2.350.000/mês, totalizando R\$27.808.038,31 em 2018, R\$29.412.736,53 em 2019 e R\$28.645.190,46 em 2020. Em 2021, foi quitado todo o saldo restante do parcelamento, gerando a arrecadação do valor de R\$46.449.505,29.

Seguem demonstrados os valores das multas ambientais arrecadadas, na tabela e gráfico abaixo.

RECEITA	2018	2019	2020	2021
Multa da Mineradora Vale S.A.	R\$ -	R\$ 99.677.535,10	R\$ -	R\$ -
Multa da Samarco Mineração S.A.	R\$ 27.808.038,31	R\$ 29.412.736,53	R\$ 28.645.190,46	R\$ 46.449.505,29
Outras Multas e Parcelamentos	R\$ 16.114.042,46	R\$ 20.992.487,19	R\$ 17.208.207,99	R\$ 8.752.902,42
TOTAL	R\$ 43.922.080,77	R\$ 150.082.758,82	R\$ 45.853.398,45	R\$ 55.202.407,71

Receitas de Multas Ambientais



Os valores mais expressivos de arrecadação da FEAM são referentes às multas ambientais por autuações decorrentes dos desastres em barragens de mineração. Porém, essas receitas são atípicas e extraordinárias, portanto, não programáveis e não estimadas no Planejamento e Orçamento. Isso corrobora para ocorrências de diferenças nas Demonstrações Contábeis entre o valor da Receita Prevista e da Receita Realizada.

Outro tipo de receita atípica e extraordinária é a arrecadação classificada como “Devolução Eventual”, também não previsível no Planejamento e Orçamento, conforme demonstrativo abaixo:

RECEITA	2018	2019	2020	2021
Acerto da SEMAD para a FEAM em 21/06/2019, referente ao Programa Regularize, devido a Autos de Infração aplicados pela FEAM e arrecadados pela SEMAD por meio de negociação de débitos de 2017 junto aos empreendedores	R\$ -	R\$1.112.992,66	R\$ -	R\$ -
Acerto da SEMAD para a FEAM em 18/09/2019, referente ao Programa Regularize, devido a Autos de Infração aplicados pela FEAM e arrecadados pela SEMAD por meio de negociação de débitos de 2018 junto aos empreendedores	R\$ -	R\$3.391.786,32	R\$ -	R\$ -
Outras Devoluções Eventuais Diversas	R\$127.793,50	R\$ 72.933,90	R\$76.987,28	R\$1.051,37
TOTAL	R\$127.793,50	R\$4.577.712,86	R\$ 6.987,28	R\$1.051,37

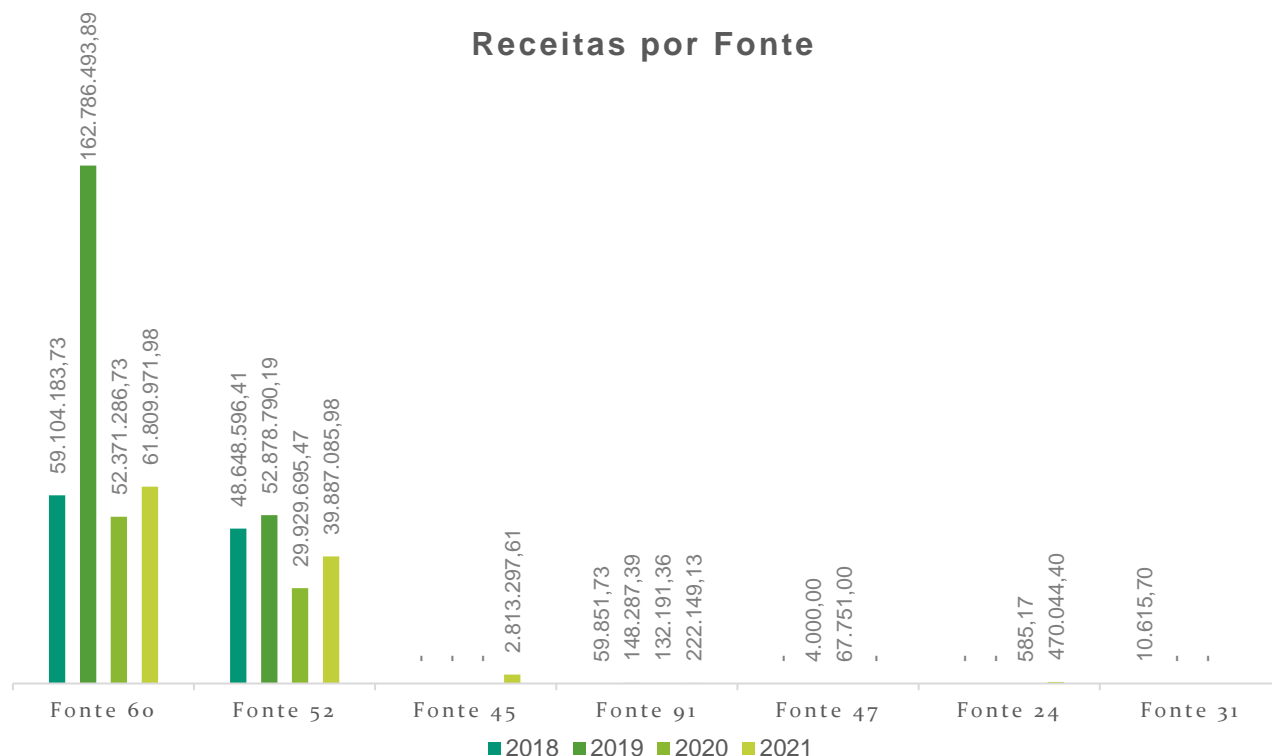
As fontes de arrecadação de receitas da FEAM são:

- Fonte 24 – Convênios, Acordos e ajustes provenientes da União e suas entidades: remuneração de depósitos bancários;

- Fonte 31 – Utilização de Recursos Hídricos: receitas diversas;
- Fonte 45 – Doações de Pessoas Físicas ou Jurídicas, de Instituições Privadas ou do Exterior a rgão e Entidades do Estado: Remuneração de Depósitos Bancários, Transferências de Instituições Privadas
- Fonte 47 – Alienação de Bens de Entidades Estaduais: alienação de bens móveis;
- Fonte 52 – Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – Recursos de Transferências Vinculadas: Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TFA/MG (principal, multas e juros), dívida ativa tributária (principal, multas e juros) e demais serviços;
- Fonte 60 – Recursos Diretamente Arrecadados: multa administrativa por dano ambiental, parcelamento de multa, dívida ativa não tributária (principal, multas e juros) e demais serviços;
- Fonte 91 – Taxa de Expediente da Administração Indireta – Recursos de Transferências Vinculadas: taxas de regularização ambiental relacionadas ao Fechamento de Mina – PAFEM, análise de defesa de auto de infração, emissão de declarações e certidões, reprografia, dentre outras.

Os valores arrecadados pela FEAM segundo a fonte de recursos estão demonstrados a seguir.

RECEITAS ARRECADADAS 2021					
FONTE	DESCRIÇÃO	2018	2019	2020	2021
60	Recurso Diretamente Arrecadado	R\$ 59.104.183,73	R\$ 162.786.493,89	R\$ 52.371.286,73	R\$ 61.809.971,98
52	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	R\$ 48.648.596,41	R\$ 52.878.790,19	R\$ 29.929.695,47	R\$ 39.887.085,98
45	Remuneração de Depósitos Bancários, Transferências de Instituições Privadas	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.813.297,61
91	Taxa de Expediente	R\$ 59.851,73	R\$ 148.287,39	R\$ 132.191,36	R\$ 222.149,13
47	Alienação de Bens Móveis	R\$ -	R\$ 4.000,00	R\$ 67.751,00	R\$ -
24	Remuneração de Depósitos Bancários	R\$ -	R\$ -	R\$ 585,17	R\$ 470.044,40
31	Diversos	R\$ 10.615,70	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL		R\$ 107.823.247,57	R\$ 215.817.571,47	R\$ 82.501.509,73	R\$ 105.202.549,10
Fonte: Balanço PATRIMONIAL					



Para cumprimento de obrigação legal, seguindo mecanismos de operacionalização determinados pela SEF-MG, parte da receita arrecadada pela Fundação foi destinado para a Fonte 11 – Recursos de Desvinculação de Receitas dos Estados e Municípios – DREM, conforme a Emenda Constitucional – EC 93/2016. Dessa forma, o valor de 30% do total arrecadado em receitas tributárias FEAM foi repassado para a SEF/MG com operacionalização automática no sistema.

8.2 Principais Fatos Contábeis

8.2.1. Fatos de Natureza Orçamentária

Os fatos de natureza Orçamentária se referem a Previsão de Receita, Fixação de Despesa, Créditos Adicionais Abertos, Descentralização de Créditos e Empenho de Despesas.

Conforme o “*Balanco Orçamentário*” de 2021, a Previsão de Receita foi no valor inicial de R\$81.074.500,00, posteriormente atualizado para R\$84.256.250,00. A Receita Realizada foi no total de R\$105.202.549,10. Em 2021, a receita arrecadada foi R\$20.946.299,10 maior que a previsão.

O aumento no valor de receitas realizadas com relação às receitas previstas ocorreu devido à arrecadação de valores não previsíveis no orçamento, principalmente em decorrência

de receitas não tributárias, oriundas de multas por infrações ambientais explicado no tópico anterior.

Conforme o *“Balanço Orçamentário”* de 2021, temos o valor de dotação inicial de R\$61.833.059,00 posteriormente atualizada para R\$68.111.482,58. O Empenho de Despesas foi no valor de R\$35.221.732,78, tendo sido as Despesas Empenhadas no valor de R\$35.221.732,78.

Conforme o *“Demonstrativo da Composição da Despesa Autorizada”*, os Créditos Orçamentários foram no valor de R\$61.833.059,00, os Créditos Adicionais Suplementares foram no valor de R\$11.016.970,14, não houve abertura de Créditos Especiais ou Extraordinários, ocorreu Anulação de Despesas no valor de R\$4.738.546,56, sendo, portanto, a Despesa Autorizada Final no valor total de R\$68.111.482,58.

Conforme o *“Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada”*, a diferença entre R\$68.111.482,58 dos Créditos Autorizados e R\$35.221.732,78 das Despesas Realizadas (empenhadas) resultou em R\$32.889.749,80.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA GRUPO DE DESPESAS - 2021						
Grupo de Despesa	I	F	P	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesas Empenhadas
1 - Pessoal e Encargos Sociais	0	60	1	24.764.639	24.764.639	22.506.432
	0	95	1	0	625.333	336.703
1 - Precatórios	0	60	9	1.394.639	1.644.639	1.494.678
Subtotal				26.159.278	27.034.611	24.337.812
3 - Outras Despesas Correntes (Ajuda de Custo)	0	72	7	4.194.772	4.194.772	3.937.140
	0	95	7	0	270.000	147.577
3 - Outras Despesas Correntes (Custeio)	0	52	1	8.314.947	8.314.947	222.404
	0	60	1	5.540.232	4.040.232	0
	0	72	1	3.780.912	3.780.912	1.937.620
	0	91	1	94.500	94.500	0
	0	95	1	0	413.679	0
3 - Outras Despesas Correntes (Contribuição Fundo Financeiro Previdência - FFP)	0	60	1	7.524.652	7.524.652	3.756.390
3 - Sentenças Judiciais (RPV - Honorários)	0	60	9	53.766	1.303.766	838.292
3 - Outras Despesas Correntes (Convênio MMA /TAC)	0	24	1		1.212.472	0
	0	31	3		570.995	10.320
	0	45	1		2.744.842	
Subtotal				29.503.781	34.465.769	10.849.744
4 - Investimentos	0	24	1		367.992	34.177
	0	31	3		73.111	
	0	52	1	6.144.053	6.144.053	0
	0	60	1	25.947	25.947	0
Subtotal				6.170.000	6.611.103	34.177
TOTAL				61.833.059	68.111.483	35.221.732

Fonte: Pesquisa BO Armazém 04/01/2022

8.2.2. Fatos de Natureza Financeira

Conforme o “Balanço Financeiro” de 2021, segue resumo de valores oriundos de fatos de natureza Financeira:

ENTRADAS	VALOR	DESCRIÇÃO
Receitas Orçamentárias	R\$ 105.202.549,10	Impostos, Taxas, Contribuições, Serviços, Outras Receitas Correntes, Alienação de Bens Móveis
Recebimentos Extra Orçamentários	R\$ 26.386.960,31	Inscrição de Restos a Pagar Processados e Não Processados, Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados
Transferências Financeiras	R\$ 22.195.928,92	Repasse recebidos
SAÍDAS	VALOR	DESCRIÇÃO
Despesas Orçamentárias	R\$ 35.221.732,78	Gestão Ambiental e Encargos Especiais
Pagamentos Extra Orçamentários	R\$ 25.607.964,49	Pagamentos de Restos a Pagar Processados e Não Processados, Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados
Transferências Financeiras	R\$ 56.273.670,56	Repasse concedidos

Segue descritivo dos principais Repasses de Saídas, realizados por Transferências Financeiras Bancárias e Escriturais concedidas pela Feam:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR	DESCRIÇÃO
2301 DER/MG	R\$ 22.724.960,19	Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário – TDCO, conforme o Processo SEI 2090.01.0003370/2019-76
1251 PM/MG	R\$ 10.636.571,35	Parceria para fiscalizações ambientais da Polícia Militar
1371 SEMAD	R\$ 9.451.049,08	Cooperação no âmbito do SISEMA
2101 IEF	R\$ 2.777.344,68	Repasso de Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TFA/MG oriundas de cooperação técnica com o IBAMA
1501 SEPLAG	R\$ 766.273,67	Custeio de despesas da Cidade Administrativa – CA/MG

Seguem saldos de contas contábeis de obrigações a pagar:

DESPESAS	VALOR	DESCRIÇÃO
Restos a Pagar	R\$ 55.914,70	6.3.8.1 Restos a Pagar não Processados
Fornecedores	R\$ 64.507,51	2.1.3.1.1.01 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo
Pessoal a Pagar	R\$ 1.156.488,35	2.1.1.1.1.01.01 Salários a Pagar - Pessoal Ativo
	R\$ 42.305,57	2.1.1.1.1.01.02 Salários a Pagar - Pessoal Terceirizado
Encargos Sociais	R\$ 13.826,72	2.1.1.4.1.01.01 Encargos Sociais a Pagar - Pessoal Ativo
	R\$ 6.705,24	2.1.1.4.1.01.02 Encargos Sociais a Pagar - Pessoal Terceirizado
Consignações de Pessoal	R\$ 169.885,21	2.1.8.8.1.01 Imposto sobre a Renda Retido na Fonte
	R\$ 971,36	2.1.8.8.1.02 Pensões Alimentícias
	R\$ 19.964,77	2.1.8.8.1.03 Contribuições e Retenções de Entidades de Previdência
	R\$ 547,06	2.1.8.8.1.15 Custo de Processamento de Consignatários a Recolher
	R\$ 63.386,07	2.1.8.8.1.88 Outros Valores Restituíveis

8.2.3. Fatos de Natureza Patrimonial

Os fatos de natureza Patrimonial são movimentações que concorreram ativa e passivamente para a formação do patrimônio, ou seja, incorporação ou desincorporação de ativos e passivos. Seguem dados conforme o “*Balanço Patrimonial*” e a “*Demonstração das Variações Patrimoniais*”.

Ativo

A conta contábil 3.6.5 *Desincorporação de Ativos* apresentou saldo final de R\$8.418,70 referente a Bens Móveis desincorporados do Ativo Imobilizado.

A conta contábil 3.9.9.9.1.09 *Bens Móveis Desincorporados por Transferência* apresentou saldo final de R\$122.966,42 referente a desincorporação de Ativos Imobilizados transferidos.

A conta contábil 4.6.3 *Ganhos com Incorporação de Ativos* apresentou saldo final de R\$58.099,60 referente a Bens Móveis incorporados no Ativo Imobilizado.

O “*Demonstrativo segundo a Natureza da Despesa por Item*”, apontou como despesas de capital com investimentos em equipamentos e material permanente o valor de R\$34.176,60 referente a equipamentos de informática.

Passivo

A conta contábil 3.9.9.9.1.02 *Incorporação de Passivos* apresentou saldo final de R\$1.818.863,39 referente a dívidas passivas incorporadas e atualizadas.

A conta contábil 4.9.9.9.1.02 *Desincorporação de Passivos* apresentou saldo final de R\$5.983.024,54 referente ao cancelamento de dívidas passivas.

A conta contábil 2.2.8.9.1.01.05.02 *Sentença Judicial – Precatórios posteriores a LRF* apresentou saldo final de R\$4.360.875,58, referente a obrigações de precatórios incluídos no orçamento de 2021 e exercícios anteriores, a ser realizado conforme autorização da Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais – AGE, sendo que a FEAM não tem governabilidade sobre a liberação financeira para quitar a obrigação.

Patrimônio líquido

A conta contábil 2.3.6.1 *Reserva de Reavaliação* teve em 2021 saldo zerado de provisão para reavaliação de bens móveis. Conforme descrito no Ofício Circular SEPLAG/DCGL nº 21/2019, documento SEI (9660558), instruído no processo SEI 1500.01.0048080/2019-43, são adotados procedimentos contábeis patrimoniais nos valores de bens móveis e imóveis de propriedade das entidades públicas estaduais, a fim de proceder os registros de reavaliação e depreciação dos bens. A mensuração ocorre de forma automatizada no Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços do Estado de Minas Gerais – SIAD/MG, seguindo a metodologia definida pelo Grupo de Trabalho instituído pela Resolução Conjunta SEF/SEPLAG nº 5.218/2018, que determinou a abordagem da reavaliação segundo o Custo de Reposição Depreciado e a depreciação embasada no método Ross-Heidecke.

A conta contábil 2.3.7.1.1.01 *Superávits do Exercício* apresentou saldo de R\$92.093.268,07 em 2021, o saldo da conta contábil 2.3.7.1.1.02 *Superávits de Exercícios Anteriores* foi de R\$727.371.230,00. Ocorreram registros na conta contábil 2.3.7.1.1.03 *Ajustes de Exercícios Anteriores* no valor de R\$392.029,95. Houve o decréscimo de R\$-172.173.135,99 da conta 2.3.7.1.2 *Déficits Acumulados – Intra OFSS*. Na conta 2.3.7.1.3 *Superávits Acumulados – Inter OFSS União* o saldo foi de R\$427.179,00. Dessa forma, o saldo na conta 2.3.7 *Resultados Acumulados* foi de R\$648.110.571,03.

8.2.4. Fatos de Natureza de Compensação

Os fatos de natureza de Compensação são referentes a Avais, Acordos, Cauções, Fianças, Ajustes, Convênios, Contratos e Garantias. Seguem dados conforme o “*Balanço Patrimonial*” de 2022.

A conta contábil 2.1.8.8.1.04 *Cauções e Garantias Diversas – Execução Contratual* apresentou o saldo de R\$221,33. A caução no valor de R\$178,13 foi recebida pela Fundação em 15/03/2019, gerado pelo Contrato de Prestação de Serviços pela Eskyworld Sistemas e Informática Ltda., referente ao fornecimento de Antivírus, com intuito de prevenir a contaminação por vírus nos microcomputadores do SISEMA, conforme o documento SEI (10622757). O Caução no valor de R\$43,20 foi recebido pela Fundação em 05/06/2019, gerado pelo Contrato de Prestação de Serviços pela Unidata Automação, referente a gerenciamento de abastecimento de veículos oficiais da frota do SISEMA, por meio de sistema informatizado e uso de cartões magnéticos, conforme o documento SEI (10622725).

O saldo dos Atos Potenciais Ativos em 2021 foi no valor de R\$2.131.424,87, referente a direitos conveniados e outros instrumentos congêneres. Os Atos Potenciais Passivos corresponderam ao valor de R\$15.299.579,74, referente a obrigações contratuais.

8.3. Custos Operacionais, Resultados Financeiros e Não Financeiros

Avaliação dos custos operacionais e resultados financeiros e não financeiros do órgão/entidade com base na evolução da situação contábil refletida no balanço, na demonstração de resultados e nas notas explicativas.

8.3.1. Custos Operacionais

Para a avaliação dos custos operacionais, o “*Demonstrativo segundo a Natureza da Despesa por Item*”, aponta as despesas correntes da Fundação, das quais destacamos:

DESPESA	VALOR	DESCRIÇÃO
310000 Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 24.337.812,09	Pagamentos de servidores da FEAM
339014 Diárias Civil	R\$ 122.957,62	Diárias de viagens a serviço para fiscalização, vistorias, visitas técnicas e reuniões
339030 Material de Consumo	R\$ 10.320,00	Artigos para confecção e vestuário
	R\$ 15.451,00	Material para escritório
	R\$ 8.961,60	Material médico e hospitalar
	R\$ 74.546,00	Combustíveis e lubrificantes para veículos
339033 Passagens e Locomoção	R\$ 25.574,80	Despesas com viagens e transporte de servidores
339037 Locação de Mão de Obra	R\$ 1.473.620,85	Serviços de Apoio Administrativo – MGS
339039 Outros Serviços de	R\$ 15.772,01	Locação de Veículos

Terceiros	R\$ 20.000,00	Encargos judiciais
	R\$ 2.387,60	
	R\$ 7.794,18	Anuidades
	R\$ 155.562,51	Contratação de Estagiários
	R\$ 53.329,61	Serviços de Gerenciamento e Fornecimento de Combustíveis
339040 Serviços de TI e Comunicação	R\$ 11.435,80	Serviços de Informática – PRODEMGE
	R\$ 8.601,51	Serviços de Tecnologia da Informação
339046 Auxílio-Alimentação	R\$ 4.056.726,00	Ajuda de Custo e Programa de Eficiência Ambiental – PEA
339047 Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 161.092,93	PASEP/PIS, Taxa de Limpeza Pública e Coleta de Resíduos
339049 Auxílio-Transporte	R\$ 27.990,90	
339091 Sentenças Judiciais	R\$ 838.292,37	
339197 Aporte para RPPS	R\$ 3.756.390,49	Aporte para cobertura do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS referente a Folha de Pessoal Inativo da FEAM

8.4. Resultados Financeiros

A partir de índices de análise de Demonstrações Contábeis, seguem considerações sobre os resultados financeiros auferidos em 2021 pela Fundação.

<p>Quociente do Resultado Orçamentário = $\frac{\text{Receita Executada}}{\text{Despesa Executada}} = \frac{\text{R\\$105.202.549,10}}{\text{R\\$35.221.732,78}} = 2,99$</p>
--

Conforme dados do “*Balanço Orçamentário*” de 2021, o coeficiente 2,99 do Resultado Orçamentário, demonstrado acima, retrata que a execução da receita em comparação com a execução da despesa (despesas empenhadas) apresentou superávit de execução como resultado orçamentário do exercício. Isso ocorreu devido à arrecadação de receitas extraordinárias não previsíveis e ao contingenciamento estabelecido no Decreto de programação Orçamentária.

<p>Quociente da Situação Financeira = $\frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}} = \frac{\text{R\\$460.898.130,81}}{\text{R\\$1.594.723,89}} = 289,01$</p>
--

Conforme dados do “*Balanço Patrimonial*” de 2021, o coeficiente 289,01 da Situação Financeira, demonstrado acima, retrata excesso de recursos do Ativo Financeiro sobre as obrigações de curto prazo do Passivo Financeiro, ou seja, ocorreu superávit financeiro no exercício.

Quociente da Situação Permanente = $\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Passivo Permanente}} = \frac{\text{R\$193.112.124,99}}{\text{R\$4.360.875,58}} = \mathbf{44,28}$
--

Conforme dados do “*Balanço Patrimonial*” de 2021, o coeficiente 44,28 da Situação Permanente, demonstra que a soma de bens, créditos e valores do Ativo Permanente supera a dívida fundada e obrigações de longo prazo do Passivo Permanente, ou seja, existe superávit de caráter permanente, que significa baixo nível de endividamento.

Quanto ao Resultado Patrimonial, conforme a “*Demonstração das Variações Patrimoniais*”, ocorreu Superávit no valor de R\$48.494.056,06, resultante da diferença de R\$144.819.054,98 das Variações Patrimoniais Aumentativas e R\$96.324.998,92 das Variações Patrimoniais Diminutivas.

8.5. Resultados Não Financeiros

Os resultados não financeiros não se referem aos valores monetários e são indicadores, medições ou controles do desempenho da entidade, apontando as qualidades da atuação e necessidades de alterações nas estratégias.

A Fundação Estadual do Meio Ambiente possui apuração de resultados não financeiros, por meio de Planos de Metas e Indicadores vinculados ao Programa de Eficiência Ambiental – PEA, com acompanhamento e período avaliatório bimestral. As metas envolvem número de Fiscalizações, redução do passivo de Licenciamento Ambiental, de Intervenção Ambiental e de Outorga. No exercício de 2021, todas as metas pré-estabelecidas para a Fundação foram cumpridas pelos servidores, o que viabilizou o recebimento do benefício integral de ajuda de custo para os servidores.

8.6. Normas Legais e Técnicas Adotadas

As atividades orçamentárias, financeiras e contábeis da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM respeitaram todas as normas vigentes no exercício de 2021.

A estruturação orgânica do Poder Executivo do Estado é definida na Lei Estadual 23.304 de 30/05/2019 publicado em 31/05/2019, que formalizou a Reforma Administrativa de 2019. O inciso II do § 3º do art. 43 estabelece que a Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM integra por vinculação a área de competência da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, juntamente com demais entidades do Sistema

Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA, cuja regulação é dada pela Lei Estadual 21.972 de 21/01/2016 publicada em 22/01/2016.

O Decreto Estadual 47.760 de 20/11/2019 publicado em 21/11/2019 estabelece Estatuto da Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM, com alteração dada pelo Decreto Estadual 47.942 de 07/05/2021 publicado em 08/05/2021. O art. 2º do Decreto 47.760/2019 estabelece que a FEAM possui personalidade jurídica de direito público com autonomia administrativa e financeira.

No orçamento da Fundação, destaca-se como norma a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2021 – Lei Estadual 23.685 de 07/08/2020 publicada em 08/08/2020, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para 2021, orienta a elaboração do orçamento, trata da administração da dívida, operações de crédito e alterações na legislação tributária, além de metas a serem atingidas pela execução dos programas do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG, regulamentado pela Lei 23.578 de 15/01/2020 publicada em 16/01/2020, para o quadriênio 2020 a 2023.

A Lei Orçamentária Anual – LOA – Lei Estadual 23.751 de 30/12/2020 publicada em 31/12/2020 estimou as receitas e fixou as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2021.

O Decreto de Programação Orçamentária – DPO – Decreto Estadual 48.132 de 29/01/2021 publicado em 30/01/2021 dispõe sobre o planejamento orçamentário, as projeções de disponibilidade financeira do caixa do Tesouro Estadual e os limites para empenho de despesas.

A delegação de competências pelo presidente da Fundação para atos relacionados à execução orçamentária, financeira e contábil, bem como para a ordenação de despesas, foi estabelecida pela Portaria FEAM 675 de 01/02/2021 publicada em 04/02/2021. Quanto aos atos relacionados às despesas da folha de pagamento de pessoal dos servidores no âmbito do SISEMA, a delegação foi estabelecida nas Resoluções Conjuntas SEMAD/FEAM/IEF/IGAM 2.996 de 01/09/2020 e posterior 3.047 de 19/02/2021.

As atividades financeiras da Fundação estão submetidas à SEF/MG, responsável pela liberação de recursos a serem utilizados para pagamentos de fornecedores, cumprimento de obrigações, implantação de projetos, execução de programas, dentre outros.

Na contabilidade da Fundação, pertencente à Administração Pública Indireta, cumprem-se as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP.

Em conformidade com o Decreto Estadual 47.185/2017 sobre o Plano Mineiro de Promoção da Integridade, a Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM 3.005 de 17/09/2021 instituiu o

Plano de Integridade – PI do SISEMA. O documento foi disponibilizado para consulta no site eletrônico por meio do link:

http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/stories/2021/Plano_de_Integridade_Completo.pdf

O Plano de Integridade é um importante instrumento para o aprimoramento da estrutura de governança; integração nas relações institucionais; excelência na execução das políticas públicas; melhoria na qualidade de trabalho para o servidor e no serviço prestado para a sociedade; padronização de procedimentos; aplicação efetiva de códigos de conduta; promoção da cultura da ética, integridade, transparência e prestação de contas; fortalecimento na gestão de riscos; adoção de medidas de prevenção de atos ilícitos; reforço do compromisso com os princípios da boa-fé, honestidade, fidelidade ao interesse público, impessoalidade, dignidade, decoro, lealdade às instituições, cortesia, transparência e eficiência.

8.7 Informações do Setor de Contabilidade

Na Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, o setor de contabilidade está inserido na Gerência de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças – GECOF, que pertence à Diretoria de Contabilidade e Finanças – DAFI, conforme o art. 6º do Decreto Estadual 47.760/2019.

No Estatuto da FEAM, Decreto Estadual 47.760/2019, as competências da GECOF são definidas no art.30:

“Art. 30 – A Gerência de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças tem como competência gerenciar as atividades de planejamento e orçamento e zelar pelo equilíbrio contábil-financeiro no âmbito da Feam, com atribuições de:

I – elaborar o planejamento global e o orçamento da Feam, orientando e consolidando as propostas das unidades administrativas, em articulação com a Semad;

II – coordenar o processo de elaboração, revisão, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual de Ação Governamental, com o apoio da Semad;

III – coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual da Feam;

IV – elaborar a programação orçamentária da despesa;

V – acompanhar e controlar a execução orçamentária da receita e da despesa;

VI – orientar a proposição de normas relativas à programação e à execução orçamentária;

VII – estabelecer, normatizar e implementar metodologia para desenvolvimento e acompanhamento físico-financeiro dos planos, programas, projetos, convênios e similares de responsabilidade da Feam;

VIII – avaliar a necessidade de recursos adicionais e elaborar as solicitações de créditos suplementares a serem encaminhadas ao órgão central de planejamento e orçamento;

IX – acompanhar e avaliar o desempenho global da Feam a fim de subsidiar as decisões relativas à gestão de receitas e despesas, visando à alocação eficiente dos recursos e o cumprimento de objetivos e metas estabelecidos;

X – planejar, executar, orientar, controlar e avaliar as atividades relativas ao processo de realização da despesa pública e da execução financeira da Feam, de acordo com a legislação vigente;

- XI – executar, acompanhar e orientar o registro dos atos e fatos contábeis, observada a legislação aplicável à matéria;*
- XII – elaborar os relatórios de prestações de contas da Feam e dos termos de parceria, convênios, acordos e instrumentos congêneres em que a Feam seja parte;*
- XIII – acompanhar a execução financeira dos instrumentos legais e dos convênios dos quais a Feam participa, e orientar e controlar as prestações de contas;*
- XIV – elaborar a prestação de contas anual dos ordenadores de despesas;*
- XV – atualizar os débitos de terceiros a favor da Feam;*
- XVI – avaliar permanentemente a eficácia dos instrumentos de arrecadação e cobrança utilizados pela Feam, bem como propor sua substituição ou reformulação;*
- XVII – orientar e acompanhar a execução financeira e analisar a prestação de contas de convênios, acordos ou instrumentos congêneres em que a Feam seja parte;*
- XVIII – processar os pedidos de parcelamento de débitos relativos a penalidades de multa pecuniária;*
- XIX – monitorar, manter e restabelecer a regularidade fiscal, contábil, econômico-financeira e administrativa dos cadastros vinculados à Feam, bem como disponibilizar informações aos órgãos competentes;*
- XX – acompanhar e avaliar o desempenho financeiro global da Feam, a fim de subsidiar a tomada de decisões estratégicas no tocante ao cumprimento das obrigações e ao atendimento aos objetivos e metas estabelecidas;*
- XXI – realizar e acompanhar as tomadas de contas dos responsáveis pela execução do exercício financeiro e demais tomadas de contas que se façam necessárias;*
- XXII – atuar de forma conjunta com a Controladoria Seccional na proposição de melhorias nos processos de contratação e execução.”*

Os balanços e demonstrações contábeis podem ser consultados no link:

<http://www.feam.br/transparencia/prestacao-de-contas>

8.8 Conclusões de Auditorias e Medidas Adotadas

Nº de Referência	Objeto	Processo SEI
TCE 03-2018 Tribunal de Contas do Estado	Avaliação do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos na gestão das atividades de extração de minério de ferro em Minas Gerais	1370.01.0005489/2018-98
TCE 06-2019 Tribunal de Contas do Estado	Análise da economicidade, eficácia, eficiência, equidade e efetividade das ações de saneamento na Lagoa da Pampulha e entorno	1370.01.0000512/2020-29
TCE 07-2020 Tribunal de Contas do Estado	Conhecimento da estrutura, organização e funcionamento dos controles e da gestão de risco da atividade minerária no Estado de Minas Gerais	1370.01.0056484/2020-45

TCE 08-2020 Tribunal de Contas do Estado	Avaliação das ações adotadas pelo Estado de Minas Geras para a erradicação dos lixões no território mineiro e o gradativo licenciamento da operação dos sistemas de disposição ambientalmente adequada dos Resíduos Sólidos Urbanos	1370.01.0006507/2020-57
CGE 01/2019 Controladoria Geral do Estado -	Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho-MG	1520.01.0002134/2019-25
CGE 02/2019 Controladoria Geral do Estado -	Avaliação das equipes multidisciplinares responsáveis pela análise de processos de licenciamento ambiental pertinente ao empreendimento Barragem I, a fim de verificar se existem riscos e/ou vulnerabilidades que poderiam vir a comprometer o desempenho do Sistema na execução desta atividade finalística	1520.01.0008205/2019-38 (Processo relacionado 1520.01.0004126/2019-76)
CGE 03-2019 Controladoria Geral do Estado -	Avaliação dos aspectos relevantes relacionados à governança do funcionamento da Câmara de Atividades Minerárias - CMI - COPAM	1520.01.0004080/2019-57
CGE 04-2019 Controladoria Geral do Estado -	Avaliação do Gerenciamento de Riscos dos processos de Fiscalização e Licenciamento Ambiental de Complexos Minerários de Ferro	1520.01.0000684/2019-84
CSET 07-2020 Controladoria Setorial	Aperfeiçoamento da Gestão de Barragem no âmbito da Fundação Estadual do Meio Ambiente	1520.01.0000713/2020-74
CSET 08-2020 Controladoria Setorial	Avaliação da conformidade relacionado ao processo de concessão e revogação de GDAF	1520.01.0012205/2020-93
CSET FEAM Controladoria Setorial	Avaliação do grau de maturidade dos controles internos da Feam	1520.01.0000227/2021-98

Fonte: Elaboração própria

A seguir são apresentadas as principais medidas adotadas em relação às recomendações indicadas nas auditorias que ocorreram em 2021:

- **TCE 03-2018**

Em relação as recomendações apresentadas para a avaliações ambientais na gestão das atividades de extração de minério de ferro em Minas Gerais a Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Sede estava como responsável por formalizar a abertura do processo de licitação para a contratação da consultoria especializada para realização da AAE. Em fevereiro de 2021 a Feam

enviou ajustes solicitados para dar continuidade a licitação, e atualmente este processo encontra-se na fase de julgamento da proposta comercial.

Em relação aos estudos de Avaliação Ambiental Integrada – AAI a Feam fez contribuições em Termos de Referência (TRs) de estudos ambientais apresentados em processos de licenciamento ambiental e em outros instrumentos associados, em articulação com a Semad. O objetivo é promover o aprimoramento desses instrumentos de planejamento e gestão ambiental de forma a facilitar a análise de aspectos cumulativos no âmbito do licenciamento ambiental.

Em relação a indicação de criar Termos de Referências específicos para Estudo de Impacto Ambiental mantém-se o mesmo status que foi apresentado no Relatório de Gestão de 2022: “Foi elaborado Termo de Referência Geral para Elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para Licenciamento Prévio, disponível em:

[http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/stories/2021/REGULARIZACAO/TRs/TR_Geral_EIA - Rima - DATEN jan.2021.pdf](http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/stories/2021/REGULARIZACAO/TRs/TR_Geral_EIA_-_Rima_-_DATEN_jan.2021.pdf)”.

- **TCE 06-2019**

Para manifestar acerca da auditoria do TCE referente à análise da economicidade, eficácia, eficiência, equidade e efetividade das ações de saneamento na Lagoa da Pampulha e entorno, a Feam foi acionada pela Semad no dia 25/03/2021, através do despacho nº 239/2021/SEMAD/GAB (27282580), no âmbito do processo SEI nº 1370.01.0000512/2020-29. A manifestação da Feam consistiu em resposta de questionário elaborado pelo TCE, presente no documento SEI 27730708 e encaminhado à SEMAD via Memorando FEAM/GAB.nº 314/2021 (27735757). Desde então, a Feam não foi acionada para fornecimento de novas informações. As demais movimentações no processo, a última registrada em 17/02/2022, foram realizadas por outros órgãos envolvidos na auditoria.

- **TCE 07-2020**

No âmbito do processo SEI 1370.01.0056484/2020-45, que aborda as ações tomadas por Semad e Feam em resposta à auditoria do TCE referente ao conhecimento da estrutura, organização e funcionamento dos controles e da gestão de risco da atividade minerária no Estado de Minas Gerais, a última manifestação da Feam se deu no dia 23/11/2021, através do Memorando.FEAM/PRE.nº 127/2021 (38413143). Para que fiquem claras as medidas que foram tomadas, seguem transcrição do documento:

“Senhora Chefe de Gabinete,
Com nossos cumprimentos.

Referimo-nos ao Despacho nº 818/2021/SEMAD/GAB ([37275820](#)), que encaminhou para conhecimento e manifestação, mensagem eletrônica enviada pelo TCE ([37267803](#)), bem como respectivo anexo ([37267777](#)), solicitando atendimento à presente demanda, com envio de sugestão de prazo (em dias) para a execução de cada medida elencada no anexo enviado pelo TCE (itens 10.1.2, 10.1.5 e 10.1.7 direcionadas à FEAM).

Em resposta, apresentamos o que se segue.

Das três recomendações elencadas, uma está diretamente correlacionada a gestão de barragens desenvolvida pela Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam e duas estão associadas ao Plano Ação de Emergência – PAE, que é uma temática transversal a diversos setores do Estado.

Nestes termos, apresentamos abaixo alguns esclarecimentos, bem como a sugestão de prazo para a implementação da recomendação direcionada à Feam. Para facilitar a compreensão o presente documento foi estruturado por recomendação, respeitando sua ordem e a codificação utilizada pelo TCE.

10.1.2 – Publiquem os dados relacionados ao cadastro de barragens de mineração com a situação das barragens.

R: Em junho de 2021, a Feam publicou a lista de barragens referente ao ano de 2020. A publicação ocorre anualmente e todas as listas publicadas pela Feam podem ser encontradas no endereço eletrônico: <http://www.feam.br/gestao-de-barragens/inventario-de-barragens>.

Em razão das novas diretrizes estabelecidas pela Lei 23.291/2019, a Feam está reformulando o seu sistema de gestão e providenciou, em setembro de 2021, o recadastramento de todas as estruturas por meio do Sistema de Gerenciamento de Informações de Barragens – Sigibar, cujos módulos iniciais foram construídos pelo Sisema e disponibilizado aos usuários em maio de 2021.

Especificamente sobre a divulgação da base de dados, é importante destacar que o projeto final do Sigibar prevê a disponibilização em tempo real de todas as informações cadastradas pelos auditores e empreendedores que não se enquadrem na Lei de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Neste sentido, sugerimos que a publicação dos dados relacionados ao cadastro de barragens de mineração seja realizada anualmente, até o mês de abril, tendo em vista determinação contida no parágrafo único do artigo 5º da lei 23.291/2019.

10.1.5 – Verifiquem a existência dos planos de segurança e de ação de emergência atualizados em todas as barragens cadastradas em seu banco de dados, sinalizando a falta de tais documentos aos empreendedores e órgãos de controle.

R: A lei 23.291/2019, por meio dos artigos 7 e 24, determinou que as barragens em operação, em processo de desativação ou desativadas deveriam apresentar, no prazo de um ano contado da data de publicação desta lei, uma série de documentos, dentre os quais, o plano de segurança da barragem contendo, além das exigências da PNSB, no mínimo, Plano de Ação de Emergência – PAE, no âmbito dos processos de licenciamento.

Por isso, sugerimos que o prazo para verificação de existência de tais documentos, e demais medidas decorrentes desta verificação, seja sugerido pela Superintendência de Apoio à Regularização Ambiental – Suara/Semad.

Neste sentido, é importante esclarecer que o Decreto Nº 48.078, de 05 de novembro de 2020, atualizado pelo Decreto Nº 48.190, de 13 de maio de 2021, estabelece no Art. 3 que:

Art. 3º O PAE será analisado e aprovado de forma integrada pelos seguintes órgãos e entidades:

I - Gabinete Militar do Governador e Coordenaria Estadual de Defesa Civil - GMG-Cedec;

II - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha-MG;

III - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad;

IV - Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam;

V - Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam;

VI - Instituto Estadual de Florestas - IEF;

VII - Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA.

Adicionalmente, especificamente sobre a atualização, o Art. 20 do Decreto Nº 48.078/2020 determina que:

Art. 20. O PAE deverá ser adequado aos atos normativos publicados pelos órgãos e pelas entidades indicados no art. 3º dentro dos seguintes prazos:

I - para barragens em quaisquer dos níveis de emergência, até 25 de dezembro de 2021;

II - para barragens classificadas como potencial de dano ambiental alto, até 29 de fevereiro de 2022;

III - para barragens classificadas como potencial de dano ambiental médio, até 25 de maio de 2022;

IV - para barragens classificadas como potencial de dano ambiental baixo, até 25 de agosto de 2022.

Nestes termos, esclarecemos que, além da avaliação de existência a ser proposta pela Suara/Semad, a avaliação do conteúdo do PAE será devidamente realizada, seguindo o cronograma estabelecido pelo Decreto Nº 48078/2020, que estabelece o prazo de 180 dias,

contados do protocolo do plano, para análise e aprovação do PAE pelas entidades designadas no referido Decreto.

10.1.7 – Verifiquem a disponibilização do PAE no local, no órgão ambiental e nas prefeituras a jusante.

A Lei Federal 12.334, de 20 de setembro de 2010, atualizada pela Lei Federal 14.066, de 30 de setembro de 2020, define no §§ 1º a 3º do Art. 12 que:

Art. 12. O PAE estabelecerá as ações a serem executadas pelo empreendedor da barragem em caso de situação de emergência, bem como identificará os agentes a serem notificados dessa ocorrência, devendo contemplar, pelo menos:

(...)

§ 1º O PAE deverá estar disponível no site do empreendedor e ser mantido, em meio digital, no SNISB e, em meio físico, no empreendimento, nos órgãos de proteção e defesa civil dos Municípios inseridos no mapa de inundação ou, na inexistência desses órgãos, na prefeitura municipal.

§ 2º O empreendedor deverá, antes do início do primeiro enchimento do reservatório da barragem, elaborar, implementar e operacionalizar o PAE e realizar reuniões com as comunidades para a apresentação do plano e a execução das medidas preventivas nele previstas, em trabalho conjunto com as prefeituras municipais e os órgãos de proteção e defesa civil.

§ 3º O empreendedor e os órgãos de proteção e defesa civil municipais e estaduais deverão articular-se para promover e operacionalizar os procedimentos emergenciais constantes do PAE. (...)

Assim, entende-se que as diretrizes federais atribuíram ao empreendedor a obrigação de manter o PAE disponível e de se articular com as prefeituras, resguardando a autonomia dos municípios para estabelecer diretrizes específicas.

No âmbito estadual, a Lei 23.291/2019 determina no § 2º do Art. 9º que o PAE ficará disponível no empreendimento, no órgão ambiental competente e nas prefeituras dos municípios situados na área a jusante da barragem, e suas ações serão executadas pelo empreendedor da barragem com a supervisão dos órgãos ou das entidades estaduais e municipais de proteção e defesa civil.

No Decreto nº 48078/2020, que regulamenta o Art. 9º da Lei 23.291/2019, a autonomia dos entes na matéria é resguardada pelo Art. 14 que determina:

Art. 14. A União, os Estados, os Municípios, suas autarquias e fundações poderão solicitar ao empreendedor, a qualquer tempo, mediante ato justificado, medidas específicas a fim de fazer cumprir os objetivos descritos no art. 2º.

Ainda sobre a matéria, respaldada pelas diretrizes do Decreto nº 48.078/2020, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de Minas Gerais - CEDEC/MG, publicou a Instrução técnica GMG/CEDEC-MG 01/2021, que dispõe sobre os critérios e procedimento para aprovação do

Plano de Ação de Emergência (PAE) pelo Gabinete Militar do Governador e Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (GMG/CEDEC-MG), e estabelece que:

1.4.7 O empreendedor deverá protocolar, na Defesa Civil Municipal de todos os municípios que podem ser afetados (ZAS e ZSS), uma cópia do PAE enviado a CEDEC para análise.

Diante de todo o exposto, registramos que a disponibilidade do PAE no empreendimento é verificada no momento das vistorias e fiscalizações realizadas no âmbito das atividades de Gestão de Barragens desenvolvidas pela Feam.

Especificamente sobre a disponibilização do PAE no município, resguardando a autonomia dos entes municipais e órgãos de defesa civil, entendemos que não cabe a Feam verificar a forma como tais entes farão a cobrança à exigência legal de protocolo dos documentos junto ao município. Todavia, caso haja o entendimento de que tal verificação deve ser feita por órgão Estadual, considerando as diretrizes estabelecidas pela Instrução técnica GMG/CEDEC-MG 01/2021, sugerimos que o prazo e forma de execução da recomendação devam ser estabelecidos pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de Minas Gerais - CEDEC/MG.

Sendo o que se apresenta, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. ”

Após o envio do documento supratranscrito, não foram solicitados novos esclarecimentos à Fundação. As demais movimentações no processo, a última registrada em 07/32/2022, foram realizadas por outros órgãos envolvidos na auditoria.

- **TCE 08-2020**

No âmbito do processo SEI 1370.01.0006507/2020-57, que aborda as ações tomadas pela Semad em resposta à auditoria do TCE referente à avaliação das ações adotadas pelo Estado de Minas Geras para a erradicação dos lixões no território mineiro e o gradativo licenciamento da operação dos sistemas de disposição ambientalmente adequada dos Resíduos Sólidos Urbanos, a última manifestação da Feam se deu no dia 27/04/2020, através do Despacho nº 112/2020/FEAM/DGQA (13731543). O documento esclarece que a Gerência da Qualidade do Solo e Áreas Contaminadas da Feam está apoiando a Diretoria de Resíduos Sólidos Urbanos e Drenagem de Águas Pluviais a cumprir a recomendação número 13 da auditoria do TCE.

Cabe destacar que a recomendação mencionada consiste em que se “aprimore as ações para a recuperação de áreas degradadas por RSU observando aspectos como a idade do depósito de lixo, quantidade e tipos de resíduos depositados, população exposta, proteção dos recursos hídricos, dentre outros, com vistas a aumentar o número de áreas cadastradas; agilizar a elaboração dos PRADs pelos responsáveis, bem como a análise e aprovação desses planos;

instituir procedimentos de fiscalização que visem o cumprimento das ações de recuperação das áreas degradadas por RSU”. Para tanto, foi acordado que seria tomada a medida de “elaboração de Deliberação Normativa (DN) padronizando o cadastro, análise, monitoramento e fiscalização do Planos de Recuperação de Areas Degradadas (PRAD) por disposição de RSU. A minuta da DN está em elaboração.”.

Em monitoramento realizado no mês de janeiro de 2022, consta para esta ação a seguinte observação “Estão sendo realizadas vistorias pela DIRAP às áreas degradadas por disposição final de RSU, sob demanda (em atendimento ao Ministério Público, Poder Judiciário e outros). Será retomada interlocução com a GERAC/FEAM para continuidade das discussões acerca da minuta de DN”.

- **CGE 01/2019**

No âmbito do processo SEI 1520.01.0002134/2019-25, que aborda as ações tomadas pelo Sisema em resposta à auditoria da CGE referente à avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho-MG, a última manifestação da Feam se deu no dia 10/02/2022, através do Memorando.FEAM/DGER.nº 13/2022 (42033298).

Tendo em vista as responsabilidades da Feam no Plano de Ação que foi elaborado para atender as recomendações da CGE, as atualizações mais recentes são as que seguem:

Recomendações 1, 2, 5 (itens a e b), 6, 8, 10 e 12 – Solicitamos atualização quanto à revisão das Deliberações Normativas COPAM nºs 62 e 87 e da Instrução de Serviços, conforme prazos previstos no Cronograma 1 ([27355472](#));

R. A revisão das Deliberações Normativas COPAM nº 62/2022 e 87/2005 se dará por meio da proposição de uma nova Deliberação Normativa ao Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam, conforme previsto no cronograma. Todavia, apesar do Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA já possuir uma minuta ([41705977](#)) em fase final de revisão, a mesma não foi encaminhada para apreciação do conselho em razão da necessidade de compatibilização da referida minuta com as demais regulamentações em construção, dentre as quais a correlacionada a Política Estadual dos Atingidos por Barragens - Peab, instituída pela Lei Estadual 23795, de 15 de janeiro de 2021.

A previsão é que o Sisema submeta a minuta para apreciação do Copam até abril de 2022. Neste interim, considerando a necessidade de propor um novo cronograma e a estrutura atual da minuta, certos de que a proposta deverá passar por avaliação no Núcleo de Normas e Procedimentos - Nunop e pela Assessoria Jurídica - Asjur, sugerimos que a Diretoria de Apoio

Técnico e Normativo - *Daten*, seja consultada sobre as novas datas prováveis dos itens 1.4, 1.5 e 1.6 do cronograma.

Ainda sobre essa recomendação, considerando a diretriz institucional acerca da elaboração de uma Portaria da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam para procedimentar todos os aspectos do Programa de Gestão de Barragens da Feam, o que deixaria apenas aspectos de licenciamento para a Revisão da IS nº 02/2018, sugerimos que as novas datas dos itens 1.7, 1.8, 1.9, 1.10 e 1.11 também seja proposto pela *Daten*.

Recomendações 5 (itens c, d e e), 6, 7, 8, 11 e 12 – Solicitamos atualização quanto ao desenvolvimento e à implementação de Sistema de Informação, conforme prazos previstos no Cronograma 2 ([27355510](#));

R. A contratação da Fábrica de Software e as tratativas para homologação do acordo da Vale S.A foi coordenado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD. Nestes termos, sugerimos que este item seja apreciado por aquela secretaria.

Recomendação 9 – Solicitamos atualização quanto ao status do processo administrativo com o objetivo de verificar a pertinência em autuar a Vale S/A, diante da não comprovação de encaminhamento à Feam do primeiro relatório de auditoria técnica de segurança da Barragem I (SEI 2090.01.0000666/2021-37);

R. Quanto a Recomendação 9, informamos que conforme orientação apresentada na Nota de Diligência nº: 05/2021 ([27473382](#)), da Procuradoria da Feam, estamos realizando busca detalhada nos arquivos do setor com o intuito de localizar o comprovante de protocolo do primeiro relatório de auditoria técnica de segurança da Barragem B1, do Complexo Córrego do Feijão, elaborado em 2002. Diante da complexidade envolvida nessa ação, solicitamos dilação de prazo de 90 dias para execução dessa recomendação.

Recomendação 12 – Solicitamos a ratificação quanto à publicação de Portaria Feam estabelecendo as regras para o credenciamento de auditores, em consonância ao disposto no artigo 11 do Decreto Estadual 48.140/2021 – Foi publicada em 08 de maio de 2021, a Portaria Feam nº 678, que estabeleceu regras para o credenciamento de auditores para a prestação de serviços de auditoria técnica de segurança de barragens no âmbito da Política Estadual de Segurança de Barragens.

R. Como fonte de comprovação ao atendimento da Recomendação 12, anexamos Portaria Feam nº 678, publicada em 08/05/2021, estabelecendo regras para o credenciamento de

auditores para a prestação de serviços de auditoria técnica de segurança de barragens no âmbito da Política Estadual de Segurança de Barragens.

- **CGE 02/2019**

Considerando as recomendações apresentadas na avaliação das equipes multidisciplinares responsáveis pela análise de processos de licenciamento ambiental pertinente ao empreendimento Barragem I, a fim de verificar se existem riscos e/ou vulnerabilidades que poderiam vir a comprometer o desempenho do Sistema na execução desta atividade finalística, permanece o mesmo status das informações apresentadas no Relatório de Gestão de 2020.

“Existe previsão de contratação de novo sistema a partir da regulamentação da Lei 23.291/2019, que contemplará melhorias no sistema visando o aprimoramento da gestão de barragens. Será necessária a contratação de novo sistema uma vez que as novas determinações estabelecidas pela Lei 23.291/2019, implicam em profundas mudanças no sistema existente. A obrigatoriedade de que o empreendedor insira as informações e respectiva documentação comprobatória de que se trata a recomendação 5.d. será abordada em proposição de Deliberação Normativa. Os critérios de priorização para a fiscalização serão alterados a partir da implantação do novo sistema de gestão, podendo somar a outros já utilizados pela Fundação e, inclusive já constantes na Resolução Conjunta Semad/Feam nº 2.784, de 21 de março de 2019. A Feam não entende ser pertinente que as informações do inventário sejam apresentadas e trabalhadas conforme sugerido pela Auditoria, tendo em vista que contêm documentos preparatórios. No entanto, não significa que seja inviável outros tipos de inserção de análise no referido inventário, que continuará sendo disponibilizado anualmente no site da Feam. Em relação a criação de banco cadastral de auditores técnicos independentes, essa possibilidade será discutida com a ANM. A criação de cadastro para os auditores técnicos independentes estará contemplada na regulamentação da Lei 23.291/2019, que se encontra em fase de elaboração”.

- **CGE 03-2019**

Em relação à governança do funcionamento da Câmara de Atividades Minerárias - CMI – do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam foram dados encaminhamentos para atendimento as recomendações apresentadas no Relatório da CGE relacionados ao aperfeiçoamento do Banco de Declarações Ambientais e maior acesso às informações exigidas pela Agência Nacional de Mineração relativas à segurança e estabilidade das barragens.

Com a publicação da Lei 23.291/2019 sobre a Política Estadual de Segurança de Barragens foram atualizadas as diretrizes de licenciamento e fiscalização de barragens em Minas Gerais, regulamentando esta lei foi publicado o Decreto 48.140 em 2021.

Além disso a Feam junto a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação – DGTI da Semad desenvolveu o primeiro módulo do Sistema de Informações de Gerenciamento de Barragens – Sigibar visando subsidiar a gestão ambiental de barragens do Sistema Estadual de Meio

Ambiente e Recursos Hídricos. Neste sistema é possível fazer o cadastramento de barragens e gerar os Relatórios Técnicos de Segurança de Barragens – RTSB necessários à gestão dessas estruturas realizada pela Fundação.

Outra ação realizada foi acesso mais completo ao Sistema Integrado de Gestão de Barragens de Mineração - SIGBM da Agência Nacional de Mineração-ANM aos servidores do Núcleo de Gestão de Barragens – NUBAR da Feam.

- **CGE 04-2019**

No que diz respeito a recomendação de elaborar critérios no Plano de Trabalho de Fiscalização referente ao gerenciamento de riscos nos processos de fiscalização e licenciamento ambiental de complexos minerários de ferro vale reforçar que a publicação do Decreto 48.140 de 25 de fevereiro de 2021 regulamentou a Política Estadual de Segurança de Barragens.

Além disso, no Plano de Ação referente as atividades de fiscalização o qual foi enviado a Controladoria Geral do Estado foi indicada a realização de treinamentos para capacitação técnica ministrados pelos servidores do Programa de Barragens como ação contínua na Feam.

- **CSET 07-2020**

Com relação as recomendações apresentadas na auditoria realizada pela Controladoria Setorial em relação ao aperfeiçoamento da Gestão de Barragem no âmbito da Fundação Estadual do Meio Ambiente, o status atual é o mesmo que foi apresentado no Relatório de Gestão com a Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, reproduzido a seguir:

A recomendação será incluída no novo sistema de Gestão de Barragens, uma vez que o sistema do BDA - Módulo Gestão de Barragens, nos moldes atuais, será desativado.

Em relação às informações referentes ao grupo de barragens classificadas como Classe III, não é necessária a adoção de medidas adicionais, uma vez que os inventários dos respectivos anos, bem como suas bases de dados, explicitam que as DCEs foram apresentadas ao órgão ambiental.

Quanto a recomendação de verificar pertinência em analisar e confrontar as ressalvas e contradições, que porventura existam, entre os campos “Conclusão” e “Situação de Estabilidade” nas DCEs, ela foi incorporada aos procedimentos de rotina da Gestão de Barragens do Nubar. Outra medida adotada foi a avaliação quanto a repetição de recomendações nos relatórios de auditoria de barragem que está sendo incorporada à rotina

de fiscalização.

- **CSET 08 – 2020**

Com relação a avaliação da conformidade referente ao processo de concessão e revogação de Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Fiscalização – GDAF, em abril de 2021 foi encaminhado pela Chefe de Gabinete da Semad à Controladoria Setorial-SEMAD um Plano de Ação contendo as ações quanto às fragilidades identificadas e recomendações apresentadas pela equipe de auditoria.

Especificamente no que tange a Feam, no âmbito das gerências envolvidas no Grupo de Trabalho que está atuando com esta ação (Gerência de Resíduos Sólidos - Geres e Gerência de Prevenção e Emergência Ambiental – Geamb) no momento, 2º bimestre de 2022, não existem tratativas a serem atualizadas em relação aos controles existentes no que a tange à percepção da Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Fiscalização – GDAF.

A seguir cita-se o rol de ações que estão sendo desenvolvidas no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente que serão realizadas em razão do atendimento total ou parcial das recomendações apresentadas na auditoria:

- Definir as atividades administrativas que consistem em atos acessórios ao poder de polícia que podem ser pactuadas no Plano de Fiscalização Individual – PIF;
- Definir as informações e/ou documentações que devem ser apresentadas como requisitos que devidamente comprovem que a atividade administrativa/acessória realizada está diretamente associada aos atos de fiscalização/vistoria pactuados no PIF;
- Definir as atividades administrativas que não podem ser pactuadas no PIF por não terem qualquer relação com atos de fiscalização;
- Incluir dispositivo na nova Resolução, que alterará a atual Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 2.692/2018, com as definições das medidas 1, 2 e 3;
- Definir a redação do dispositivo que regulamentará a impossibilidade do PIF ser pactuado exclusivamente com atividades administrativas acessórias;
- Incluir dispositivo na nova Resolução, que alterará a atual Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 2.692/2018, com a definição da medida 1;
- Definir os critérios de interesse, conveniência e oportunidade a serem observados pela administração para atribuição e revogação da GDAF;
- Definir os critérios de interesse, conveniência e oportunidade para dirimir situações de empates;
- Incluir dispositivo na nova Resolução, que alterará a atual Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 2.692/2018, com as definições das medidas 1 e 2;
- Definir a redação do dispositivo para motivar atribuição e revogação de GDAF cujas justificativas não se enquadrem nos critérios previamente estabelecidos na nova Resolução Conjunta que será publicada;
- Fazer constar na redação do dispositivo a obrigatoriedade da justificativa e sua fundamentação correspondente serem publicadas no Portal Trilhas do Saber;
- Incluir o dispositivo na nova Resolução, que alterará a atual Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 2.692/2018, com a definição das medidas 1 e 2;
- Definir os critérios de interesse, conveniência e oportunidade a serem observados pela administração para o rodízio de GDAF entre os servidores;
- Incluir o dispositivo na nova Resolução, que alterará a atual Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 2.692/2018, com a definição das medidas 1;

Elaborar lista com os nomes e Masp dos servidores que possuem GDAF atualmente, informando a motivação ou critério da atribuição da GDAF ao servidor;
Levantar os números relativos ao quantitativo de GDAF I e II que estão atribuídas aos servidores;
Identificar as GDAFs I e II que estão disponíveis/livres que podem ser atribuídas;
Identificar as GDAFs I e II disponíveis/livres que não podem ser atribuídas e justificar o motivo pelo qual elas não podem ser atribuídas;
Publicar na página do site da SEMAD/IEF/FEAM/IGAM as informações das medidas 1 a 4;
Definir a redação do dispositivo da nova Resolução Conjunta para que a administração tenha a obrigação de publicar as informações dos itens 1 a 4 sempre que houver atualização de atribuição ou revogação de GDAF I e II;
Promover capacitações/treinamentos trimestrais sobre orientações e diretrizes relativas a GDAF a serem observadas pelos servidores que percebem GDAF e suas respectivas chefias imediatas;
Promover capacitações/treinamentos trimestrais sobre orientações e diretrizes relativas a GDAF a serem observadas pelos servidores e suas respectivas chefias imediatas que estiverem ingressando nos setores cujas atividades realizadas sejam passíveis de percepção da gratificação;
Elaborar consulta jurídica acerca da continuidade da percepção da GDAF quando o servidor estiver usufruindo férias-prêmio;
Na hipótese do resultado da análise jurídica ser contrário a continuidade da percepção da GDAF quando o servidor estiver usufruindo férias-prêmio, promover as medidas de ressarcimento ao erário e as medidas de apuração de responsabilidades.

• CSET FEAM

A Controladoria Setorial do Sisema realizou auditoria de natureza operacional com a finalidade de avaliar o grau de maturidade dos controles internos da Feam quanto à sua capacidade para reduzir o impacto ou a probabilidade da ocorrência de eventos de risco na execução de seus processos e atividades. Nesta análise foi concluído que a Feam está em nível intermediário de maturidade da estrutura de controle interno, o que significa que há princípios e padrões documentados, e treinamento básico sobre controles internos.

Visando promover a melhoria da estrutura de controles, e em atendimento às recomendações 52 recomendações propostas no relatório, foi elaborado um Plano de Ação especificando medidas que seriam tomadas por parte da Feam as quais foram classificadas em 4 status – em execução, incerto, inviável e viável. Vale destacar que boa parte das recomendações propostas estão contempladas no Plano de Integridade do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema. Disponível em:

http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/stories/2021/Plano_de_Integridade_Completo.pdf)
o qual vem sendo implementado e monitorado por meio do Sistema do Plano Mineiro de Promoção da Integridade (SISPMPI).

8.9 Esclarecimentos sobre Consolidação de Demonstrações Contábeis

A Fundação Estadual do Meio Ambiente possui apenas uma entidade contábil, a Unidade Orçamentária – UO 2091, cujas demonstrações contábeis são consolidadas, retratando os dados de todas as Unidades Executoras – UE utilizadas pela fundação, estando ativas em 2021 as seguintes:

UNIDADE EXECUTORA	DESCRIÇÃO
2090001 FEAM	Movimentações orçamentárias, contábeis e financeiras referentes à Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM
2090003 FEAM/FAPEMIG	Movimentações referentes a parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG
2090004 FEAM/SEDE	Movimentações referentes ao Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário – TDCO celebrado com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SEDE
2090005 FEAM/SEINFRA	Movimentações referentes ao Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário – TDCO celebrado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA, com atuação do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais DER/MG

8.10 Licitações e Contratos

A Gerência de Logística, Compras e Contratos – GELOG, encontra-se subordinada à Diretoria de Administração de Finanças - DAFI da FEAM, tendo como competência, conforme o artigo 31 Decreto 47.760 de 20 de novembro de 2019, “*gerenciar e orientar as atividades de administração logística, patrimonial, operacional e de compras, bem como gerir os contratos firmados e monitorar sua execução, com atribuições de:*

- I. Gerenciar e executar as atividades de administração de material e de controle do patrimônio mobiliário, inclusive dos bens cedidos;*
- II. Gerenciar e executar as atividades de administração do patrimônio imobiliário e dos demais imóveis em uso pelas unidades da Feam;*
- III. Coordenar e controlar as atividades de transportes, guarda e manutenção de veículos das unidades da Feam de acordo com as regulamentações específicas relativas à gestão da frota oficial;*
- IV. Gerir os arquivos da Feam de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Arquivo Público Mineiro e pelo Conselho Estadual de Arquivos;*
- V. Coordenar e controlar os processos de apuração de responsabilidades sobre os bens avariados ou não localizados da Feam;*
- VI. Coordenar, apoiar e orientar as comissões de inventário, eventuais e permanentes, no âmbito da Feam, além de propor e coordenar ações para regularização das inconformidades porventura identificadas;*
- VII. Planejar, coordenar e executar a guarda, movimentação e destinação dos bens apreendidos;*

- VIII. Controlar e orientar a gestão das infrações de trânsito e acidentes envolvendo veículos oficiais próprios e locados, observada a legislação pertinente;*
- IX. Monitorar, em conjunto com a Semad, os recursos de tecnologia da informação e comunicação e coordenar as atividades de diagnóstico, prospecção e difusão de novas soluções a eles relacionados*
- X. Gerenciar e executar as atividades necessárias ao planejamento e processamento das aquisições de material de consumo e permanente e de contratação de serviços e obras, conforme demanda devidamente especificada pelas unidades da Feam;*
- XI. Adotar medidas de sustentabilidade, tendo em vista a preservação e o respeito ao meio ambiente, observando princípios estabelecidos pela Semad e as diretrizes da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag;*
- XII. Elaborar e formalizar contratos, convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres de interesse da Feam, bem como suas respectivas alterações;*
- XIII. Gerenciar os serviços de protocolo, comunicação, reprografia, zeladoria, vigilância, limpeza, copa e manutenção de equipamentos e instalações das unidades da Feam instaladas fora da Cidade Administrativa de Minas Gerais”.*

As compras e contratos atuais da Fundação são originários de despesas de natureza continuada e realizados para a manutenção da instituição. Neste sentido, os processos de contratações foram regidos pelas disposições contidas no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como, pela Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações. Também foram observadas as demais normas aplicáveis para as compras públicas editadas pelo Governo Estadual, tais como o Decreto Estadual 48.012/2019, preservados e respeitados os princípios que norteiam a Administração Pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Segue listados na tabela abaixo em sequência as contratações/aquisições ocorridas no exercício de 2021, com o devido detalhamento do processo SEI, objeto, modalidade de licitação e custo:

Quadro: Compras realizadas pela FEAM em 2021

COMPRAS 2021			
Processo/SEI	OBJETO	MODALIDADE	VALOR
2091034 000001/2021	Passagens aéreas e rodoviárias.	Registro de preços não realizado no SIRP	R\$ 96.463,99

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2021 ao TCE-MG
Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam

2091034 000002/2021	Uniformes para serem utilizados pela equipe de equipe de fiscalização da Gerência de Prevenção e Emergência Ambiental. Conforme especificação do Layout e Termo de Referência.	Cotação Eletrônica	R\$ 10.320,00
2091034 000004/2021	Fornecimento de Combustíveis para a Frota de Veículos Oficiais da FEAM.	Registro de preços não realizado no SIRP	R\$ 112.761,00
2091034 000005/2021	Materiais de escritório	Registro de preços não realizado no SIRP	R\$ 1.987,81
2091034 000007/2021	Prestação de serviços de investigação de passivo ambiental na área do distrito industrial de Monte Santo de Minas/MG	Pregão eletrônico	R\$ 55.000,00
2091034 000008/2021	Veículo de representação: SEDAN, PRETO; MIN 1747CC, MIN 120CV;	Registro de preços não realizado no SIRP	R\$ 130.028,76
2091034 000010/2021	01 (uma) licença anual de uso do software ArcGIS Online.	Inexigibilidade	R\$ 7.512,51
2091034 000011/2021	Equipamentos para Proteção Individual - Máscara N95.	Cotação Eletrônica	R\$ 8.961,60
2091034 000012/2021	Materiais de escritório.	Registro de preços não realizado no SIRP	R\$ 9.519,36
2091034 000014/2021	Materiais de escritório.	Cotação Eletrônica	R\$ 6.701,00
2091034 000018/2021	Certificado digital.	Registro de preços não realizado no SIRP	R\$ 1.089,00
2091034 000019/2021	Detectores de gases e Kit calibração.	Pregão eletrônico	R\$ 131.080,00
2091034 000022/2021	03 (três) tablets e 06 (seis) notebooks, sob a forma de entrega integral conforme especificações.	Registro de preços não realizado no SIRP	R\$ 34.176,60

Fonte: Elaboração própria

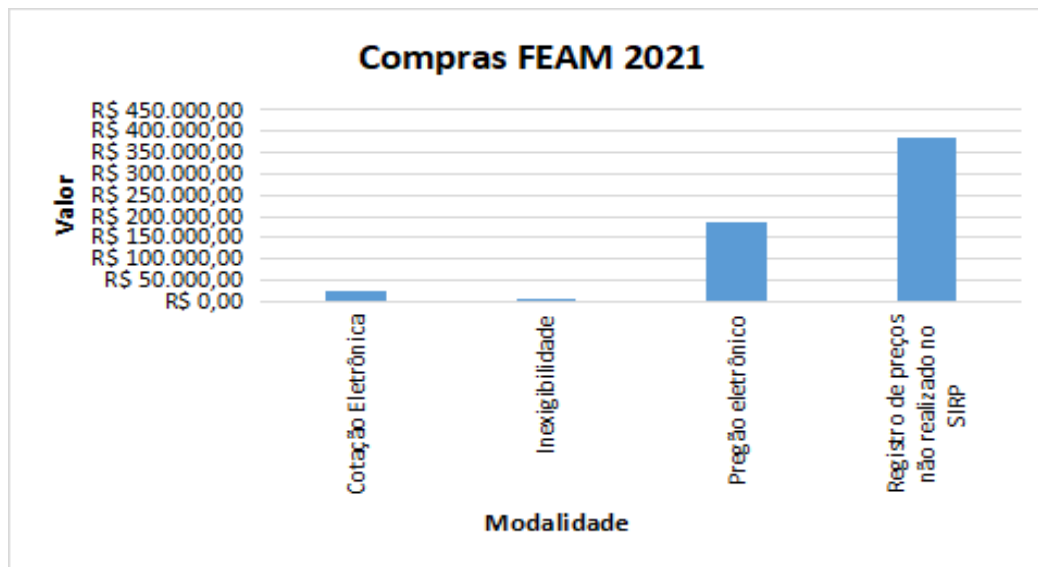
Os custos de cada compra realizada pela Fundação, foram extraídos do Portal de Compras do Estado de Minas Gerais e, quando em análise, a modalidade que mais se destacou foi a adesão por registro de preços como apontado no gráfico abaixo.

Tal categoria tem como característica um menor número de licitações, impactando em tempo e mão de obra empregada na solução buscada; além da rapidez na aquisição; aumento da

competitividade; registro compartilhado; eliminação de problemas de armazenagem e economia de recursos.

Assim, uma vez evidenciada entre as aquisições realizadas em 2021, pode-se concluir que houve vantagem nos processos efetivados, vez que no mínimo ocorreu economia na instrução do processo, racionalizando tempo e mão de obra empregados aos mesmos.

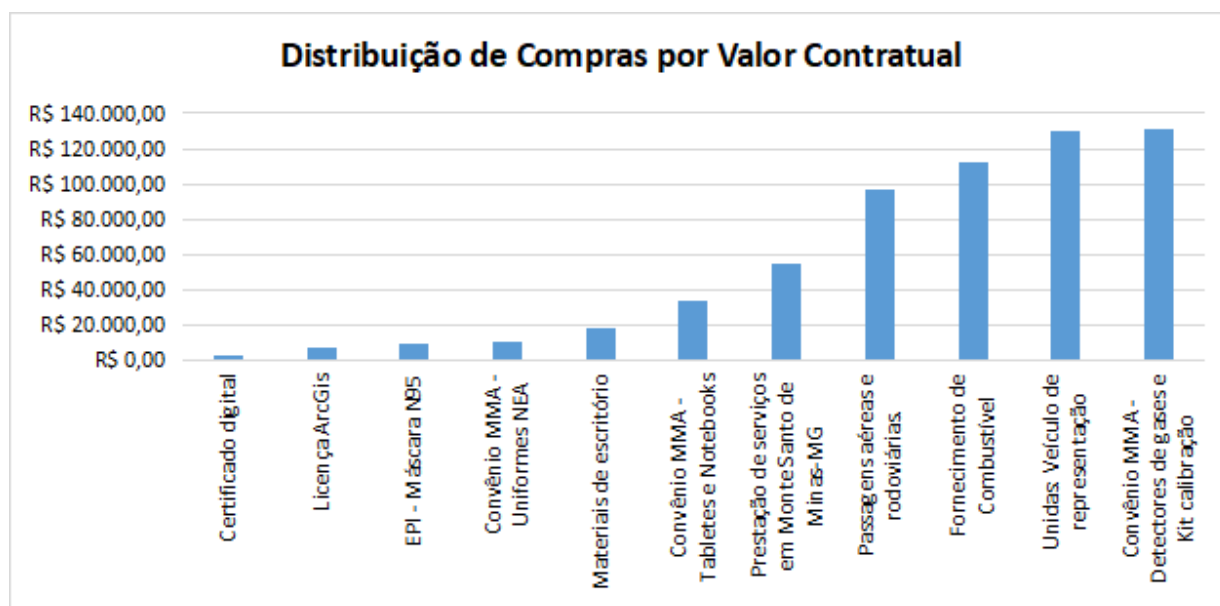
Gráfico: Compras realizadas por Modalidade - 2021



Fonte: Elaboração própria

A tipologia dos bens adquiridos se deu como evidenciado no gráfico a seguir:

Gráfico: Distribuição de compras por valor contratual - FEAM - 2021



Fonte: Elaboração Própria

8.11 Contratos Vigentes

Os contratos vigentes na FEAM, no ano de 2021 se encontram listados na tabela abaixo que detalha contratado, objeto, vigência, número do contrato e seu valor.

Quadro: Contratos vigentes – FEAM – 2021

CONTRATOS VIGENTES				
CONTRATADA	OBJETO	VIGÊNCIA	Nº CONTRATO	VALOR
Agência de Integração Empresa Escola LTDA	Prestação de serviços de agente de integração para operacionalização de atividades de estágio.	20/11/2022	9223344	R\$ 315.146,41
Certisign Certificadora Digital S/A	Contrato Corporativo de fornecimento de certificado digital de assinatura para pessoa física ou jurídica no padrão ICP-Brasil.	25/11/2022	9309049	R\$ 1.089,00
Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE	Acesso a Solução de Business Intelligence e Capacitação em Solução de Business Intelligence. Acesso BO.	10/09/2022	9197235	R\$ 9.984,00
Claro S/A	Prestação de serviços de telefonia Móvel Pessoal (SMP), plano Corporativo.	10/07/2022	9251446	R\$ 701,70
MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S/A - Gestão de Documento	Gestão de Documentos: coleta, organização, indexação por caixa box, armazenagem e movimentação dos documentos.	30/08/2022	9220045	R\$ 343.556,10
Petrobrás Distribuidora S/A	Fornecimento de combustível gasolina comum e óleo diesel subtipo S-10	05/07/2022	9280732	R\$ 112.761,00

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2021 ao TCE-MG
Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam

Plasloc Placas e Tarjetas Ltda	Serviços de estampagem de Placas de Identificação Veicular - PIV, com fornecimento da placa no Padrão MERCOSUL.	14/10/2022	9262806	R\$ 2.024,00
Selbetti Gestão de Documentos S/A	Outsourcing de Impressão e Reprografia.	06/01/2024	9265675	R\$ 5.709,60
Ticket Soluções HDFGT S/A	Serviço de gestão e manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do estado	30/04/2022	9215787	R\$ 130.619,62
Trivale Administração S/A	Gerenciamento do abastecimento e limpeza da frota de veículos oficiais, equipamentos e máquinas dos órgãos e entidades.	06/02/2023	9178116	R\$ 96.818,00
Unidata Automação LTDA	Gerenciamento do abastecimento de veículos por meio de sistema e dispositivos eletrônicos de gestão.	04/06/2022	9218876	R\$ 5.400,00
MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S/A - Postos de Trabalho	Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação, controle de entrada e saída de bens e pessoas, apoio administrativo e operacional.	31/07/2026	9287509	R\$ 6.442.809,88
Unidas Veículos Especiais S/A	Veículo de representação: SEDAN, PRETO; MIN 1747CC, MIN 120CV;	04/08/2024	9287815	R\$ 130.028,76
Voetur Turismo e Representações LTDA	Passagens aéreas e rodoviárias nacionais e internacionais.	09/04/2022	9275399	R\$ 96.463,99

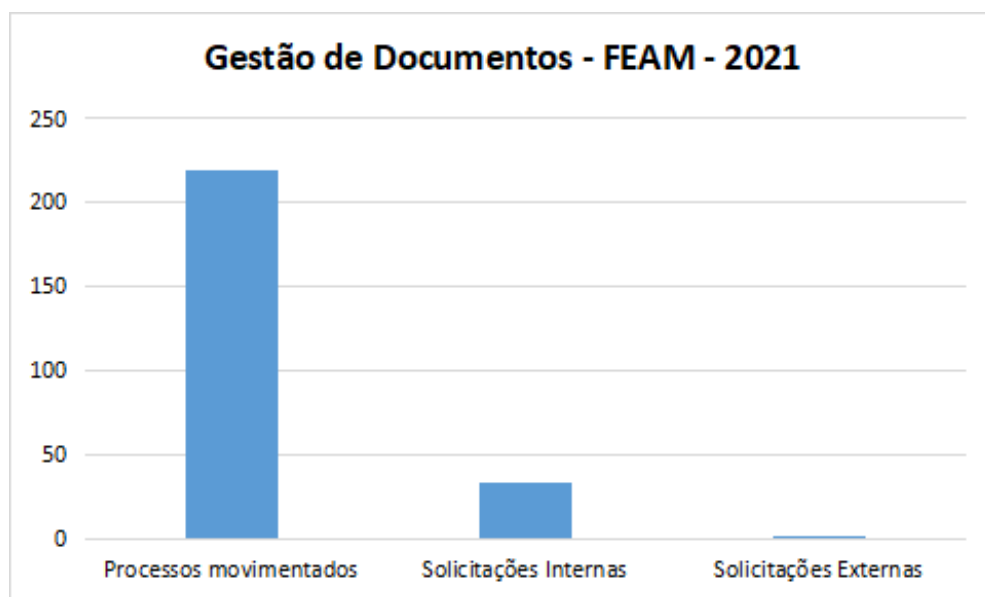
Fonte: Elaboração própria

8.12 Logística

O setor de logística da FEAM é composto pelas áreas de Gestão de Documentos, Patrimônio e Frota.

A gestão de documentos realiza a administração dos arquivos da FEAM conforme diretrizes do Arquivo Público Mineiro. Compreende-se em suas atividades a solicitação, devolução, arquivamento, vistas ao público, criação de processos, entre outros. No ano de 2021 a FEAM movimento 220 processos, atendendo a 34 solicitações internas e 02 solicitações externas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

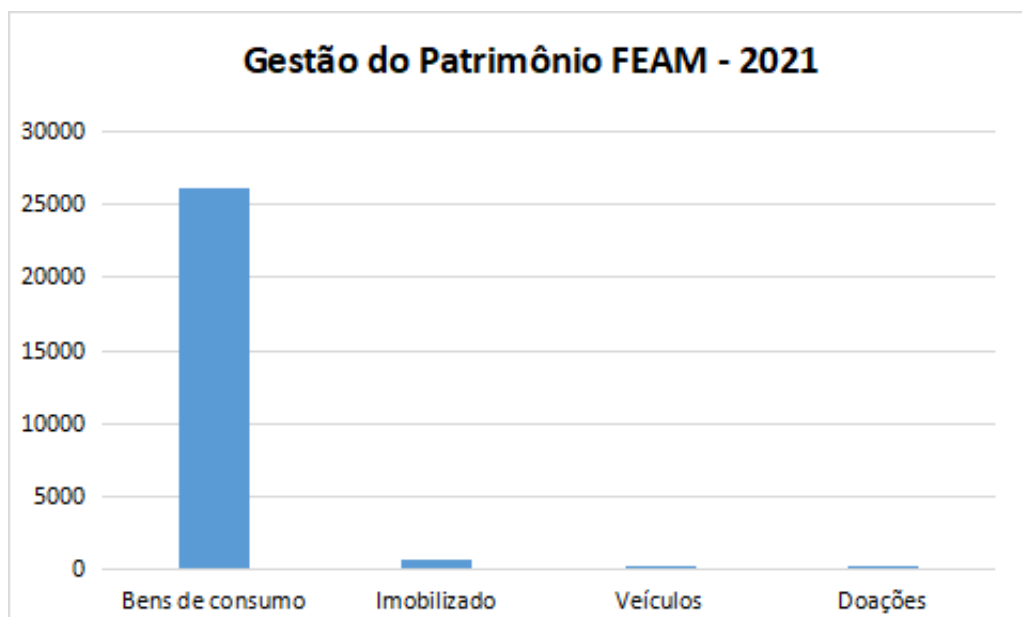
Gráfico: Gestão de documentos – FEAM – 2021



Fonte: Elaboração própria

A gestão patrimonial trabalha a pauta de estoque de almoxarifado, bens imobilizados, doações alienações, bem como outras atividades. Em 31/12/2021, o estoque de almoxarifado possuía 26.074 (vinte e seis mil e setenta e quatro) itens de consumo, sendo composto por 20.000 (vinte mil) litros de combustível, 4.800 (quatro mil e oitocentas) máscaras N95, bem como por outros materiais de escritório tipo caneta, lápis, envelopes, etc. Já o patrimônio imobilizado 672 (seiscentos e setenta e dois) bens, dentre eles 19 (dezenove) veículos automotores. Durante o ano foram realizadas 02 (duas) doações de bens, sendo uma para a Prefeitura de Capela Nova e outra para o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, como evidenciado no gráfico a seguir:

Gráfico: Gestão do patrimônio – FEAM – 2021



Fonte: Elaboração própria

A área de transportes da GELOG, responsável por atender a casa em suas demandas de deslocamento para atuação em fiscalizações, emergências ambientais e outras ações inerentes a sua atividade fim, promoveu o repasse de 02 (duas) caminhonetes para o IGAM via processo de doação, a cessão de 06 (seis) veículos para a SEMAD e celebrou contrato junto a empresa Unidas para locação do veículo de representação. Atualmente conta com 13 veículos em sua frota.

Em consonância ao quantitativo de veículos da casa, as demandas de transporte foram atendidas quase em sua totalidade atingindo 96,1%, com uma média de 98,5% de respostas como demonstrado na tabela abaixo:

Quadro: Atendimentos – FEAM – 2021

Mês / Ano	Quantidade de Atendimentos	Respondidos	Atendidos	Resposta	Atendimento
Janeiro	8	8	8	100,00%	100,00%
Fevereiro	26	26	24	100,00%	92,31%
Março	9	9	9	100,00%	100,00%
Abril	10	10	10	100,00%	90,00%
Maio	12	12	12	100,00%	100,00%
Junho	11	9	9	81,82%	81,82%
Julho	25	25	25	100,00%	100,00%
Agosto	24	24	24	100,00%	100,00%
Setembro	18	18	18	100,00%	100,00%

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2021 ao TCE-MG
Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam

Outubro	9	9	9	100,00%	100,00%
Novembro	17	17	15	100,00%	88,24%
Dezembro	7	7	7	100,00%	100,00%

Fonte: Elaboração própria

9 Conclusão

A Feam tem papel fundamental no desenvolvimento e implementação da política ambiental em Minas Gerais. Tanto no que tange a qualidade do ar, sustentabilidade e mudanças climáticas, recuperação de áreas degradadas, gestão de barragens, atendimento a emergências e acidentes ambientais quanto no que diz respeito ao uso de instrumentos de gestão territorial – a atuação da Fundação é crucial para a conservação e recuperação no estado.

Neste sentido é importante destacar que no âmbito dos dois programas previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2020-2023 foram realizadas ações com entregas relevantes para o estado. No âmbito do Programa Qualidade Ambiental (Programa 098) destaca-se as seguintes entregas:

- Ação: 4237 – Gestão de Resíduos Sólidos: Publicação do Panorama dos resíduos sólidos no estado de Minas Gerais com base nos dados do Sistema-MTR – MG (Manifesto de Transporte de Resíduos); Publicação da deliberação normativa COPAM Nº 242, que possibilitou a substituição da Declaração da Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) pela Declaração de Movimentação de Resíduos dentro do Sistema-MTR. Realização de treinamentos sobre o Sistema-MTR.
- Ação 4238 - Qualidade do ar, do solo e dos efluentes líquidos industriais: Publicação do estudo “Tendências Espaciais e temporais da concentração média de NO2 na coluna atmosférica em MG, a partir de dados orbitais: Avaliação inicial do impacto associado às medidas para controle da disseminação do Covid-19”; publicação do Inventário de Áreas Contaminadas de Minas Gerais em 2021.
- Ação 4240 - Prevenção de acidentes e planejamento territorial: Realização do Seminário de Emergência Ambiental promovido anualmente pela CEP2R2 Minas (Comissão Estadual para o Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos); treinamento virtual para policiais militares lotados na Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente e Polícia Militar Rodoviária, que desempenham atividades de fiscalização de meio ambiente, com o objetivo de capacitar os militares para atendimento a acidentes e emergências ambientais no estado de Minas Gerais; aprovação do estudo de Zoneamento Ambiental Produtivo - ZAP da sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Santana, pertencente a bacia hidrográfica do Rio Araçuaí; criação de protocolo para a gestão de geoinformação para a resposta em desastres socioambientais de maior intensidade envolvendo o rompimento de barragens de rejeitos da mineração.
- Ação 4242 - Sustentabilidade, energia e mudanças climáticas: Elaboração de estudos sobre o perfil de emissões do estado com cenários para as trajetórias de emissões até 2030 e sobre sistema de indicadores de Movimento, Relato e Verificação (MRV), no âmbito da parceria com

o Centro Brasil Clima; publicação da Estratégia de Transição Energética para subsidiar uma transição energética com vistas à expansão das energias renováveis e promoção da eficiência energética à nível estadual e municipal, bem como o combate às mudanças climáticas; representação do Estado na 26.^a conferência das partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-26) e apresentação do Portfólio de Cases de Sucesso, portfólio virtual contendo as ações e projetos desenvolvidos no Estado, voltados para a economia de baixo carbono.

Quanto ao Programa “Recuperação de Áreas Degradadas e Contaminadas” (Programa 102) os principais produtos elaborados em 2021 foram:

- Ação 4273 - Recuperação de áreas degradadas e contaminadas: Publicação do Caderno Rio Doce - 6 Anos, com informativos de todas as ações realizadas durante o ano de 2021 relativos ao acompanhamento para a reparação da bacia hidrográfica do rio Doce frente ao Desastre da barragem de Fundão; elaboração do Caderno Rio Paraopeba - 3 Anos, com informativos de todas as ações realizadas durante o ano de 2021 relativos ao acompanhamento para a reparação da bacia hidrográfica do rio Paraopeba frente ao Desastre da barragem B-I; coordenação da participação do Sisema (Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos) na análise do Plano de Reparação Socioambiental Integral da bacia do rio Paraopeba, com a produção de documentos técnicos e análise das propostas metodológicas.

Este relatório buscou apresentar as informações mais relevantes sobre as ações que a Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam desenvolveu em 2021 relativas à mudança do clima, às energias renováveis, à qualidade do ar, à qualidade do solo e à gestão de efluentes líquidos e de resíduos sólidos, visando à preservação e à melhoria da qualidade ambiental no estado de Minas Gerais.